INTERESSE NACIONAL

ANO 14 • NÚMERO 52 • JANEIRO – MARÇO 2021

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Milícias, Estado Paralelo e Segurança Pública
Raul Jungmann

As Eleições Municipais e o Significado para a Frente Ampla
Marta Suplicy

A Eleição Municipal e a Sucessão Presidencial de 2022
Carlos Sávio G. Teixeira

Na Era Biden, o Itamaraty *'Trumpolavista'* Ficará Falando Sozinho
Paulo Sotero

O Poder da Minoria e a Crise da Democracia Americana
Cláudia Trevisan

Um Centro de Pesquisa para Inteligência Artificial Avançada no Brasil
Fabio Gagliardi Cozman
Claudio Santos Pinhanez
Sylvio Canuto

A Narrativa é a Mensagem
Rodrigo Mesquita

Colônia do Sacramento e Buenos Aires: Antagonismo e Prosperidade
José Alfredo Vidigal Pontes

→ *ASSOCIE-SE AO* ***IRICE***

"O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de re-inserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional"

Embaixador Rubens Barbosa, *Presidente*

IRICE)) Instituto de Relações Internacionais & Comércio Exterior

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2413 – Sobreloja – Conj.B – Jardim Paulistano
São Paulo – SP – 1452-000 – Tel. 11 3039 63 32 – irice@irice.com.br
www.irice.com.br

INTERESSE NACIONAL

EMBRAER

INTERESSE NACIONAL

Ano 13 • Número 52 • Janeiro–Março de 2021

Editora
Marili Ribeiro

Editor Responsável
Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer
Carlos Eduardo Lins da Silva
Cláudio Lembo
Claudio de Moura Castro
Cláudio R. Barbosa
Daniel Feffer
Demétrio Magnoli
Eugênio Bucci
Gabriel Cohn
João Geraldo Piquet Carneiro
Joaquim Falcão
José Gregori
José Luis Fiori
Leda Paulani
Luis Fernando Figueiredo
Luiz Bernardo Pericás
Luiz Carlos Bresser-Pereira
Miguel Lago
Raymundo Magliano
Renato Janine Ribeiro
Ricardo Santiago
Ronaldo Bianchi
Roberto Livianu
Roberto Pompeu de Toledo
Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.

Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP · Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

PUBLICIDADE

atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.pixabay.com

Sumário

ANO 14 • NÚMERO 52 • JANEIRO–MARÇO DE 2021

6 Apresentação

ARTIGOS

9 Milícias, Estado Paralelo e Segurança Pública
Raul Jungmann

Com reconhecida experiência no segmento, tendo sido ministro da Defesa e da Segurança Nacional entre outras funções públicas, o político e consultor Raul Jungmann debruça-se, neste artigo, sobre tema árido e preocupante no cenário nacional dos últimos anos: o avanço das milícias. Faz aqui minuciosa abordagem de sua origem e desenvolvimento e traça outros aspectos que contribuem para sua expansão, caso do inchaço do sistema prisional do País. "A síntese de tudo isso é que o sistema prisional funciona como um "home office" das facções, permitindo o recrutamento e a organização de recursos humanos antes dispersos, qualificando-os e mantendo-os sob controle. Essa questão, porém, não é assunto ou faz parte do debate nacional sobre segurança pública", destaca o articulista.

14 As Eleições Municipais e o Significado para a Frente Amplas
Marta Suplicy

Com conhecimento de quem foi prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, também ex-senadora, deputada federal e ministra de Estado, considera, diante do resultado das eleições municipais, que "a maioria da população percebe ou cansou do exercício da presidência por um governante que não age de forma racional, é desequilibrado emocionalmente e não entende de gestão". Com essa leitura, defende a formação de Frente Ampla que deverá ser polo e união das forças vencedoras de centro. "Assim será construída uma frente com aqueles que forem defensores intransigentes da democracia, que acreditem no papel de destaque que o Brasil precisa voltar a ter na defesa do meio ambiente, nas mudanças com responsabilidade fiscal e que sejam capazes de elaborar as diretrizes de programa de governo com respostas que possam fazer diferença no combate à escancarada desigualdade social e ao racismo estrutural."

20 A Eleição Municipal e a Sucessão Presidencial de 2022
Carlos Sávio G. Teixeira

Em busca de observar os reflexos das atuais eleições municipais no futuro da política nacional, o cientista político Carlos Sávio G. Teixeira acredita que

tudo permanece indefinido, já que a próxima sucessão presidencial ocorrerá dentro de um quadro de transição do regime implodido em 2018 para outro que não se manifestou nem se definiu. "A permanência, no centro do cenário, de um agente com características desestabilizantes, o bolsonarismo, só aumenta o grau de incerteza. O quadro segue se modificando e, com ele, o próprio bolsonarismo. É improvável a reprodução do contexto que marcou a última disputa presidencial. O pleito de 2022 será conduzido sob a predominância das forças da indeterminação e da contingência. A história permanece aberta", destaca.

25 Na Era Biden, o Itamaraty '*Trumpolavista*' Ficará Falando Sozinho

Paulo Sotero

O jornalista e professor visitante da Universidade de George Washington, que há décadas vive nos EUA, Paulo Sotero, vê com otimismo para o Brasil a volta dos democratas à Casa Branca. Avalia que o presidente eleito Joe Biden conhece e valoriza o País no ambiente das relações globais: "Ele está ciente das complexidades do Brasil e será assessorado por especialistas fluentes em português e conhecedores da realidade brasileira. Por temperamento e convicção, o novo líder americano não hostilizará o Brasil e não fará preleções. Os EUA estão saindo de uma experiência política traumática, ainda não superada, que colocou em questão, dentro e fora do País, a noção de excepcionalidade americana que, desde sempre, inspirou a arrogância com que seus líderes falavam ao mundo".

31 O Poder da Minoria e a Crise da Democracia Americana

Cláudia Trevisan

A diretora-executiva do Conselho Empresarial Brasil-China Cláudia Trevisan, jornalista com vasta experiência internacional, dedica-se a esmiuçar o significado dos números obtidos em torno da recente eleição que ganhou holofote. Um exemplo? "Estado menos populoso dos EUA, Wyoming vota em candidatos republicanos à presidência desde 1964. A Califórnia é um sólido Estado democrata. Em 1900, a população da Califórnia era 16 vezes maior que a de Wyoming. A diferença agora é de 67 vezes. Os californianos precisam de 714 mil votos para eleger um delegado no colegiado que escolhe o presidente. No Wyoming, são necessários apenas 195 mil. Ou seja, o poder de um eleitor do Estado é 3,7 vezes maior que o de um da Califórnia." Por isso, sob seu olhar e apesar de os defensores do Colégio Eleitoral argumentarem que ele dá estabilidade à democracia americana, ela aponta que a atual dissociação entre voto popular e resultados oficiais transformará o modelo eleitoral americano em fonte de instabilidade e conflito.

36 Um Centro de Pesquisa para Inteligência Artificial Avançada no Brasil
Fabio Gagliardi Cozman
Claudio Santos Pinhanez
Sylvio Canuto
Os cientistas e pesquisadores Fabio Gagliardi Cozman, Claudio Santos Pinhanez e Sylvio Canuto apresentam aqui, como eles mesmos definem, "em linhas bastante gerais", o Centro de Inteligência Artificial, sediado na Universidade de São Paulo e financiado em parceria com a IBM e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). "Resultado de um processo cuidadoso de planejamento, o Center for Artificial Intelligence – C4AI é a maior iniciativa em curso no Brasil de suporte à pesquisa em Inteligência Artificial. O C4AI abriu suas portas de forma virtual em 2020, contando já com a participação de várias instituições e dezenas de pesquisadores associados."

41 A Narrativa é a Mensagem
Rodrigo Mesquita
Jornalista e pesquisador afiliado do MIT – Media Lab, Rodrigo Mesquita, escreve sobre como as redes sociais são processos de conversação e não ferramentas ou plataformas sociais. O autor analisa aqui que os fluxos de informações digitais das redes, que rodam sobre aplicações na infraestrutura da internet, são formados pelo público que dedica mais tempo e atenção a estes processos informativos do que a fontes qualificadas. As consequências dessa prática são inúmeras e causam estragos, mas, como salienta, "é preciso ter claro que as Big Tech – os maiores responsáveis por esta situação – estão se transformando em 'utilitários para a democracia'. Essas empresas não levam isso em consideração e muito menos têm sistemas de governança adequados para esta responsabilidade. Elas controlam a infraestrutura social que usamos para comunicação e organização, expressão política e tomada de decisões coletivas. Seu controle sobre essa infraestrutura concentra o poder econômico, o poder social e o poder político".

47 Colônia do Sacramento e Buenos Aires: Antagonismo e Prosperidade
José Alfredo Vidigal Pontes
O historiador José Alfredo Vidigal Pontes, que se dedica ao gerenciamento de projetos culturais, resgata neste artigo a trajetória do processo de consolidação do porto de Buenos Aires e o importante papel desempenhado pela Colônia do Sacramento, cidadela sob domínio português por quase um século (1680-1777). Ele conta que "a disputa pelo estuário do Prata opôs os dois impérios ibéricos por largo tempo, acarretando tanto enfrentamentos bélicos, como também o desenvolvimento econômico da fronteira e a atual conformação geopolítica da região, só definida algum tempo após a independência das antigas colônias".

Apresentação

Estreamos 2021 repensando alguns pontos que marcaram 2020 para além da pandemia e a tão necessária imunização em tempos de vírus ainda indomado pela ciência. Nesta edição, tratamos da volta dos EUA à condução do Partido Democrata e, lógico, como essa mudança de leme por lá se reflete no Brasil. Nós nos debruçamos, como não poderia deixar de ser, sobre os resultados das eleições municipais aqui, que puseram no comando das principais capitais do País políticos e partidos situados mais ao centro no espectro do debate nacional na área. Ao que tudo indica, as escolhas, após abertas as urnas, expõem certo cansaço dos eleitores em relação à polarização que dominou a cena no Legislativo, Executivo e até mesmo Judiciário nos últimos anos.

E, se as eleições apontam caminhos possíveis para o Brasil, há debates que merecem empenho e aprofundamento pela sociedade sobre como conduzi-los, como é o caso das milícias, grupos armados que ditam a própria lei e que ganham cada vez mais musculatura no País. A ampliação dessas estruturas de poder paralelo é perigosa, porque mostra-se violenta e compromete a democracia por desacreditá-la ao operar canais próprios de aplicação do que considera Justiça. Ex-ministro da Defesa e da Segurança Nacional, entre outras funções públicas, o político e consultor Raul Jungmann aborda o tema do preocupante avanço das milícias e crava que essa realidade se alimenta do "sistema prisional, que funciona como um *'home office*' das facções, permitindo o recrutamento e a organização de recursos humanos antes dispersos, qualificando-os e mantendo-os sob controle".

Jungmann não tem dúvida que esse assunto deve ser prioridade no debate nacional sobre a segurança pública no Brasil: "A sensação de insegurança é generalizada, alcançando todos, ainda que diferencialmente. Conectada à sensação de corrupção e baixa representatividade do sistema político, percebido como se autorrepresentando e não aos seus constituintes, está na base das grandes manifestações de 2013 e do choque e suas consequências negativas das eleições presidenciais de 2018".

Já o recente resultado das urnas em São Paulo é avaliado em artigo da experimentada ex-gestora da capital, Marta Suplicy, como um indicador para a formação de uma Frente Ampla, que possa vir a ser polo das forças vencedoras dos atuais pleitos municipais. Para ela, o momento requer que se crie condições de o Brasil chegar às eleições presidenciais de 22 com candidatos compe-

titivos entre aqueles que forem "defensores intransigentes da democracia, que acreditem no papel de destaque que o País precisa voltar a ter na defesa do meio ambiente, nas mudanças com responsabilidade fiscal e que sejam capazes de elaborar as diretrizes de programa de governo com respostas que possam fazer diferença no combate à escancarada desigualdade social e ao racismo estrutural". A articulista critica a ausência de qualificação do atual ocupante da presidência na condução da Nação, e o responsabiliza por grande parte dos problemas que o País enfrenta.

Em outro artigo sobre o tema, em que são projetados cenários para a futura sucessão presidencial brasileira, o cientista político e professor Carlos Sávio G. Teixeira aposta que, sob o ponto de vista de tendências do que poderá vir, está tudo ainda bem incerto. Para ele, "a próxima sucessão presidencial ocorrerá dentro de um quadro de transição do regime implodido em 2018 para outro que ainda não se manifestou nem definiu. A permanência, no centro do cenário, de um agente com características desestabilizantes, o bolsonarismo, só aumenta o grau de incerteza. O quadro segue se modificando e, com ele, o próprio bolsonarismo. É improvável a reprodução do contexto que marcou a última disputa presidencial. O pleito de 2022 será conduzido sob a predominância das forças da indeterminação e da contingência. A história permanece aberta".

Muito já se escreveu, e inúmeros estudos ainda vão surgir, em torno das eletrizantes eleições norte-americanas de 2020, que deram à dupla Joe Biden e Kamala Harris o comando da Casa Branca, depois da polêmica gestão de Donald Trump, um governante que acirrou ao extremo a divisão política naquele País. O que essa mudança traz para as relações internacionais dos EUA é tema que mereceu atenção de dois jornalistas com vasta experiência profissional em solo americano. Quem analisou como o Brasil irá enfrentar a era Biden foi Paulo Sotero, que há décadas vive em Washington. Sem meio tom, ele aposta que "o Itamaraty 'trumpolavista' ficará falando sozinho". O autor pondera que "os EUA estão saindo de uma experiência política traumática, ainda não superada, que colocou em questão, dentro e fora do país, a noção de excepcionalidade americana que, desde sempre, inspirou a arrogância com que seus líderes falavam ao mundo". Por isso, acredita que o novo líder americano não hostilizará e não fará preleções.

Já a diretora-executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, Cláudia Trevisan, jornalista com experiência internacional tendo sido correspondente nos EUA e China, esmiúça em seu texto o significado dos números obtidos na recente eleição que ganhou holofote global, para concluir que, apesar de os defensores do Colégio Eleitoral, que elege o presidente americano, argumentarem que esse sistema dá estabilidade à democracia nos EUA, a atual dissociação entre o voto popular e os resultados oficiais transformará o modelo eleitoral americano em fonte de instabilidade e conflito.

Superada a pauta eleitoral local e internacional, a atual edição da Interesse Nacional apresenta uma iniciativa que merece aplausos, que é a criação do Centro de Pesquisa para Inteligência Artificial Avançada no Brasil. Os cientistas e pesquisadores envolvidos na sua concepção desde a origem, Fabio Gagliardi Cozman, Claudio Santos Pinhanez e Sylvio Canuto, escrevem sobre o Centro de Inteligência Artificial, sediado na Universidade de São Paulo e financiado em parceria

com a IBM e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que terá o papel de dar suporte de longo prazo capaz de permitir projetos de maior fôlego e ambição. "Resultado de um processo cuidadoso de planejamento, o Center for Artificial Intelligence – C4AI é a maior iniciativa em curso no Brasil de suporte à pesquisa em Inteligência Artificial. O C4AI abriu suas portas de forma virtual em 2020, contando já com a participação de várias instituições e dezenas de pesquisadores associados."

Outro tema de relevância para o futuro da comunicação, que é exibido nesta edição, trafega pela reflexão de que "narrativa é a mensagem" e foi proposto pelo jornalista e pesquisador afiliado do MIT – Media Lab, Rodrigo Mesquita. Ao transitar sobre como as redes sociais são processos de conversação, e não ferramentas ou plataformas sociais, o autor analisa os fluxos de informações digitais das redes que rodam sobre aplicações na infraestrutura da internet. Trata-se de um público que vem dedicando mais tempo e atenção a estes processos informativos do que a fontes qualificadas. As consequências dessa prática são inúmeras e causam estragos, mas, como ele salienta, é preciso ter claro que as chamadas Big Tech são as maiores responsáveis por esta situação ao se transformarem em "utilitários para a democracia", como argumenta: "Essas empresas não levam isso em consideração e muito menos têm sistemas de governança adequados para esta responsabilidade. Elas controlam a infraestrutura social que usamos para comunicação e organização, expressão política e tomada de decisões coletivas. Seu controle sobre essa infraestrutura concentra o poder econômico, o poder social e o poder político".

Para encerrar este número o historiador José Alfredo Vidigal Pontes, que se dedica ao gerenciamento de projetos culturais, resgata a história da Colônia do Sacramento e Buenos Aires, discorrendo sobre a trajetória do processo de consolidação do porto de Buenos Aires e o importante papel desempenhado pela Colônia do Sacramento, cidadela sob domínio português por quase um século (1680-1777). Ele conta que "a disputa pelo estuário do Prata opôs os dois impérios ibéricos por largo tempo, acarretando tanto enfrentamentos bélicos, como também o desenvolvimento econômico da fronteira e a atual conformação geopolítica da região, só definida algum tempo após a independência das antigas colônias".

Boa leitura com os votos de que 2021 seja um ano produtivo para todos.

OS EDITORES

Milícias, Estado Paralelo e Segurança Pública

Raul Jungmann

A origem das milícias é um paradoxo e um aviso. Elas são integradas por policiais da ativa e da reserva, que em face da precariedade da segurança pública nas comunidades onde moravam, organizaram-se para a sua autodefesa e das suas famílias.

Sua estrutura, métodos, implicações e crescimento não podem ser dissociadas das realidades e dos graves problemas que acometem a segurança pública nacionalmente, e que nos levam à sensação de violência crescente, medo e desamparo.

Iniciando pela abordagem das milícias no Rio de Janeiro, em seguida passaremos em revista os principais pontos que contribuem para a nossa atual insegurança: sistema prisional, juventude vulnerável, política de drogas, polícias, sistema e política nacional de segurança. Nas conclusões, retornaremos àqueles que nos assombram e ameaçam com o seu poder crescente, os milicianos.

*

No início da década de 1950, Rio das Pedras era uma ocupação de terras privadas a oeste do Rio de Janeiro, com aproximadamente 400 famílias, que não se diferenciava das muitas outras comunidades de migrantes, pobres e autônomos em crescimento na periferia da então capital do País. Hoje, com mais de 55 mil habitantes, é de lá o modelo de organização que domina mais de 700 comunidades, 57% do território e 1/3 da população da cidade do Rio de Janeiro (1), estabelecendo um estado paralelo, onde as garantias e direitos constitucionais não valem, e os milicianos ditam e são a lei. Como se chegou a isso? Três foram as razões principais: o modelo de governança das m ilícias, suas vantagens comparativas vis a vis o crime organizado e as relações com o poder público e a política.

Os componentes da governança miliciana são: (i) a manutenção da ordem, o que implica varrer os criminosos da área e a punição de comportamentos que perturbem a comunidade e os negócios; (ii) a arrecadação de pedágios de proteção, serviço de lixo, transporte de vans, construção de imóveis e permissão para lajes, comércio de cigarros, sinal de TV fechada (gatonet), etc; (iii) e a associação com o poder público e a política.

As milícias possuem uma vantagem comparativa a mais. O fato de contar com o respaldo de agentes públicos de segurança, dá-lhes apoio operacional e de informações que contribui para a anuência dos morado-

Raul Jungmann é político, consultor e ex-deputado federal, foi ministro da Reforma Agrário no governo de Fernando Henrique Cardoso e ministro da Defesa e da Segurança Pública no governo Michel Temer.

res, premidos a escolher entre elas ou o crime organizado. Não que milícias e tráfico sejam excludentes, embora tenham sido no passado. Diversas formas de cooperação, divisão de territórios e compartilhamento de fontes de abastecimento são hoje corriqueiras, sem que isso signifique o fim da competição entre milícias, crime organizado e tráfico, que segue uma dinâmica de conflitos, acordos e paz provisória, sucessivamente.

Precariedade e deficiências na prestação de serviços de segurança, manutenção da ordem pública nas comunidades e modelo da governança contribuem para explicar o extraordinário crescimento das milícias, num espaço de apenas 30 anos. Mas é nas relações com a política e com o estado que devemos buscar o fator-chave da sua expansão.

Controlando territórios e impondo-se como um "estado terceirizado", as milícias paulatinamente foram assumindo o controle político das áreas em que atuavam. Isto quer dizer que elas se tornaram eficientes cabos eleitorais, via controle dos votos da comunidade. O que veio a possibilitar que elegessem tanto aliados seus como, num segundo momento, milicianos.

Instalada a "bancada do crime" nos parlamentos local e estadual, seus representantes eleitos passaram a atores políticos do "presidencialismo de coalisão", ferramenta política que permite ao executivo, mediante cessão de cargos na administração pública, formar maiorias legislativas. Controlando territórios e votos, elegendo bancadas de representantes, as milícias, mas não apenas elas, passaram a indicar aliados para cargos de confiança nas áreas da segurança e de controle em nível municipal e estadual.

Os incentivos de parte a parte, isto é, entre políticos, administradores públicos e milicianos, eram mutuamente positivos. Aos políticos, as milícias tinham a oferecer votos e recursos; inversamente, os políticos tinham a ofertar apoio, *advocacy* e cargos na comunidade em que elas atuavam, em especial nas áreas sociais – saúde, assistência, educação.

Essa coalisão de interesses foi progressivamente formando alianças e ocupando outros espaços no aparelho de estado, capturando partes dos órgãos de controle e da segurança, ao ponto de deter poder de veto sobre decisões contrárias aos seus interesses e/ou sanções judiciais ou ainda disciplinares que alcançassem seus membros.

*

Feita a abordagem sumária das milícias, sua origem e desenvolvimento, passemos a aspectos outros, contribuintes para o sucesso dos milicianos e para a crise de insegurança e violência em que estamos imersos, iniciando pelo sistema prisional.

*

O Brasil tem a terceira população carcerária do mundo, abaixo apenas dos Estados Unidos e da China. Estes países, porém, têm estabilizado suas respectivas populações de apenados, enquanto a nossa, de mais de 820.000 presos (2), cresce na ordem de 8% ao ano (3). Breve, em 2023, estima-se que serão 1,5 milhão, ou seja, uma Porto Alegre atrás das grades, o que ampliará o déficit do sistema das 350.000 vagas atuais para algo ao redor de 630 mil – a permanecer a defasagem atual entre população carcerária e a capacidade das nossas prisões (4). Os quase 1.500 estabelecimentos prisionais existentes albergam facções criminosas de base prisional, isto é, que foram gestadas dentro do sistema e têm o controle da maioria dos presídios e das penitenciárias do País. Isso se dá, sobretudo, porque o poder público não tem como garantir a vida dos apenados, que ficam à mercê da proteção das mais de

70 facções existentes. Essa garantia de vida provida por elas, tem como contrapartida a afiliação de jovens a essas facções, dentro e fora do sistema penitenciário. De modo que, de dentro do sistema, as facções controlam a violência nas ruas, via egressos que são seus afiliados. Esses jovens, 55% do total de apenados, em sua maioria são negros, pardos, com baixa escolaridade e renda, oriundos de famílias muitas vezes desestruturadas e chefiadas por mulheres que se dividem precariamente entre os filhos e a manutenção econômica do lar. Sua reinserção ou ressocialização é dificultada pelo fato que 82% deles não têm atividades educativas quando atrás das grades e 85% não estão em cursos profissionalizantes, o que contribui para que o seu índice de retorno aos cárceres seja de 40% a 70% (5). Apenas 11% são homicidas, enquanto os crimes de roubo, furto e receptação somam mais de 58%, sendo que 45% são presos em flagrante e 40% são presos provisórios ou temporários, sem condenação (6).

A síntese de tudo isso é que o sistema prisional funciona como um "home office" das facções, permitindo o recrutamento e a organização de recursos humanos antes dispersos, qualificando-os e mantendo-os sob controle. Essa questão, porém, não é assunto ou faz parte do debate nacional sobre segurança pública. O foco e as atenções se concentram na criminalidade urbana que ocorre, principalmente, mas não apenas, nas ruas. Uma população amedrontada e vulnerável, compreensivelmente exige que as autoridades retirem marginais e criminosos das ruas, pouco se importando ou tendo responsabilidades com o que se passa dentro dos muros do sistema prisional. A demanda da opinião pública foca em mais policiais, carros, armas, equipamentos etc., enquanto um dos motores principais da violência, o controle das prisões pelas facções, permanece intacto e crescendo.

Boa parte dessas tragédias tem origem nas drogas, e a política pública que temos para elas é, ela também, uma tragédia. Nossa lei de drogas de 2006 determina a não penalização dos usuários e a penalização dos traficantes. Porém, ela não introduziu critérios claros para diferenciar uns de outros. Resultado: ambos irão cumprir penas juntos, equiparando jovens que portavam drogas e não tinham antecedentes criminais com traficantes, homicidas e chefes do tráfico. Além de colocá-los em celas comuns, flagrantemente ao contrário do que determina a Lei de Execução Penal.

*

Ao longo de quase três séculos como nação independente e sete constituições, o Brasil jamais teve um sistema e uma política nacional de segurança pública. Isto se deve a que nenhuma das nossas cartas constitucionais atribuiu responsabilidades e competências ao poder central, seja no Império ou na República, sobre a segurança pública. Veja-se o artigo 144 da carta de 1988, que define a estrutura da área. Lá, no caput do artigo, está dito que "segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos". O documento, em seguida, lista os órgãos, nos três níveis federativos, que devem cuidar dela. Em nível federal, cuidam as polícias federal, rodoviária e ferroviária – esta última jamais tendo saído do papel. Aos estados, cabe os demais crimes contra a vida e o patrimônio. Qualquer dúvida sobre quem cuida da segurança pública em nosso País pode ser dirimida pela observação dos dispêndios com a função. Dos 95 bilhões gastos em 2018 com a função segurança, os estados respondem por aproximadamente 80%, os municípios 9% e a União os restantes 11%. Como dito, se não existem competências constitucionais do

governo federal em segurança pública, consequentemente jamais tivemos um sistema e uma política nacionais. Dessa constatação decorrem disfunções, vulnerabilidades e falhas, a exemplo da inexistência de dados nacionais consolidados a embasar políticas públicas de segurança; idem ao fato que o crime organizado se nacionalizou e transnacionalizou, sem que o País disponha de capacidades e meios para enfrentá-lo. Essa falha foi superada com a aprovação pelo Congresso Nacional do Sistema Único de Segurança Pública, o Susp, após árdua tramitação ao longo de quatro governos, iniciando-se no primeiro governo Lula. No Susp, pela primeira vez, institui-se um sistema e uma política nacional baseados em evidências, metas e resultados. Organiza-se uma coordenação que articula os três níveis federativos – união, estados e municípios – e integram-se os esforços, meios e efetivos das polícias estaduais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, Ministério Público, judiciário e guardas municipais. Como também, um sistema nacional de dados e informações. O Susp, entretanto, permanece no papel, ou melhor, nas gavetas do atual governo, que a ele não deu atenção e/ou prioridade a sua implementação. Em parte por isso, os homicídios, que vinham caindo consistentemente desde meados de junho de 2018, queda que se acelerou durante o ano de 2019, voltaram a subir em 2020, retomando a curva ascendente da última década.

Reverter esse quadro crítico da segurança pública implica ter respostas e soluções para cinco dos problemas considerados centrais, abordados acima, sendo o primeiro deles a juventude vulnerável moradora das periferias das nossas grandes e médias cidades. Isso requer a organização de uma política pública focada nessa juventude, com a participação conjunta e simultânea da educação, cultura, esportes, trabalho e assistência social. Apenas 2% dos nossos 5.570 municípios respondem por 50% das mortes violentas. Logo, o cruzamento de dados entre territórios críticos e juventude, mais as atuais tecnologias de geolocalização, permitiriam chegar a esses jovens vulneráveis e às suas famílias com programas integrados de assistência. O que já seria um bom começo.

No que toca o sistema prisional, será necessário diminuir o superencarceramento, sobretudo para crimes leves ou de baixo impacto, como furtos, roubo e receptação, que respondem por 41% dos apenados, ampliando o sistema semiaberto, a prestação de serviços à comunidade, fortalecendo o juizado de pequenas causas, o juiz de garantias, levando educação e formação profissional para as penitenciárias, sobretudo a distância, além de um programa de ressocialização para os egressos das prisões.

De grande impacto sobre o sistema prisional e sobre a segurança em geral, seria uma nova política para as drogas, 26% dos homens e 62% das mulheres nos cárceres. Hoje, qualquer jovem que, usuário e não traficante, for detido com pedras de crack, ou trouxas de maconha, sem antecedentes criminais e sem armas, corre o risco de ir parar numa penitenciária e lá conviver e ser recrutado pelas facções de base prisional e ser submetido a um controle de difícil escapatória. A principal medida aqui seria a definição de parâmetros para que o judiciário pudesse separar o joio do trigo. Isto é, o estabelecimento de um "quantum limite" para o usuário de drogas ser considerado como tal ou traficante. Apenas essa medida teria o condão de evitar que anualmente milhares de jovens fossem encarcerados e viessem a se tornar soldados do crime organizado e tivessem suas vidas destruídas.

Retomando a questão das milícias, ela re-

mete à reforma e reorganização das polícias, em especial a militar, que contribui com a maioria dos quadros milicianos. Duas questões são decisivas: a despolitização das polícias e o combate sem tréguas à corrupção policial. A politização significa que a hierarquia, a disciplina e o mérito são duramente atingidos e perdem sua centralidade na cultura, organização, moral e autoestima de uma força armada, seja ela militar ou policial. Já a corrupção, abala e destrói os valores e princípios que norteiam a organização policial. Promover a despolitização requer a observação de autolimitação, regras e respeito dos governantes vis a vis as polícias. Idem para o legislativo e os órgãos de controle, em especial na fiscalização dos atos do executivo. A corrupção, requer corregedorias fortes, equipadas e independentes, o que infelizmente não é a regra, donde há necessidade do seu fortalecimento e capacitação.

O controle externo das polícias, competência do Ministério Público, igualmente necessita ser fortalecido, de modo a evitar o seu caráter precário e assistemático. Essencial é não delegar às polícias o poder de decidir quem deve ou não morrer, como é o caso do governador afastado do Rio. Nada mais corruptor de uma polícia que ter esse poder, inconstitucional e criminoso, além de aproximá-las às milícias, espelho invertido da violência legal, sancionada pelo Estado.

Complementarmente, a formação dos policiais deve ser aprimorada; reduzidos os diferenciais entre o topo e a base da pirâmide salarial e aprimorados e fortalecidos os sistemas de saúde e habitação.

Essencial se afigura retirar o Susp das gavetas em que o atual governo federal o condenou. Sem ele, é impossível ter-se um sistema e uma política nacional; idem sobre uma coordenação que reúna todas as instâncias e atores públicos empenhados na redução da violência e da criminalidade, em conjunto com a sociedade civil. Será impossível, ainda, uma política pública de segurança baseada em evidências, com transparência e controle social.

Retornando ao tema das milícias, muito embora elas sejam encontradas em quase todos os estados da federação, é no Rio que elas alcançaram o mais alto grau de organicidade e poder. Donde há necessidade que o governo federal contribua para com o seu combate através de uma força-tarefa federal que conte com a Polícia Federal, o Ministério Público e o judiciário.

As milícias, ao consolidarem uma "zona de exclusão" das garantias e direitos constitucionais, estabelecendo um "estado paralelo" despótico, que oprime as comunidades a elas sujeitas, nos colocam diante de um evidente desafio e ameaça ao estado democrático de direito e à democracia. Desafio e ameaças essas que, não conjuradas, tendem a se reproduzir, ou agravar, em outros estados e regiões, comprometendo a *raison d'etre* do próprio Estado nacional: o império da lei e a tutela de bens essenciais como a lei e a vida.

A sensação de insegurança é generalizada, alcançando todos, ainda que diferencialmente. Conectada à sensação de corrupção e baixa representatividade do sistema político, percebido como se autorrepresentando e não aos seus constituintes, está na base das grandes manifestações de 2013 e do choque e suas consequências negativas das eleições presidenciais de 2018.

(1) Manso, Bruno Paes – A República das Milícias, Editora Todavia, 2020
(2) Conselho Nacional de Justiça
(3) INFOPEN, Relatório Anual, 2018(4)
(4) Ibidem
(5) Ibidem
(6) Ibidem

As Eleições Municipais e o Significado para a Frente Ampla

Marta Suplicy

A conclusão sobre as eleições municipais é que Bolsonaro está derretendo, e o governo continua completamente sem direção na área econômica, saúde e educação. A conta chegou na eleição municipal e os candidatos apoiados pelo presidente tiveram péssimo desempenho. Ele não alavancou candidaturas e algumas que pensavam deslanchar com seu apoio, como Russomano em São Paulo e Crivella no Rio, foram muito mal. Nenhum dos candidatos com nome Bolsonaro – com exceção de seu filho, eleito com a metade da votação anterior – conseguiu se eleger, o que mostra a percepção e resposta do eleitorado aos desmandos do capitão neste primeiro período do seu mandato.

A vitória presidencial de Bolsonaro parece ter sido um acidente histórico, fruto de várias circunstâncias políticas, entre elas a prisão do líder da oposição, Lula, e o imponderável da facada, que impediu a ocorrência de debates nos quais teria ficado mais evidente o despreparo e a desqualificação dele para a Presidência. Acrescente aí um forte voto antipetista, contra a corrupção, a campanha contra políticos e em especial contra a "velha política" somada à catastrófica política econômica de Dilma e sua incapacidade de diálogo com o parlamento. Bolsonaro teve esta percepção e, como resposta a estes anseios, convocou o liberal Guedes e o chefe da Lava Jato Moro. Sua correta interpretação da onda que assolava o País o levou à Presidência.

O que Bolsonaro não se deu conta é que com falação, mentiras, ações excêntricas, negacionismo, brigas e sem resultados econômicos sua reeleição dificilmente ocorrerá. Pode criar marola, indignação, suscitar aplausos nas suas redes digitais, mas já não é suficiente para manter antigos apoiadores e dar vitória aos seus candidatos. Tenta agora recuperação com a descoberta do populismo. A esperteza intuitiva, que o levou a ser presidente, afunda quando não há noção do que seja política com P maiúsculo, o mínimo de estofo intelectual, sabedoria, sensibilidade social e respeito à democracia, às

Marta Suplicy é política, psicanalista e sexóloga. Foi prefeita de São Paulo, deputada federal, ministra de Estado nas pastas do Turismo e da Cultura nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e senadora da República pelo Estado de São Paulo.

instituições e a partidos, para dirigir o País e responder aos seus graves problemas. Apela para o que sempre soube fazer e que garantia suas reeleições federais: reforçar ações corporativistas (haja vista os aumentos de benefícios e privilégios para os militares e policiais) e criar confusão e ataques quando se vê em apuros diante de denúncias de rachadinhas familiares e cobranças por resultados econômicos.

Redes sociais influenciam, têm relevância e funcionam, mas há limites e este responde diretamente ao sentimento predominante. Não fazem milagre, principalmente se a realidade é avessa ao postado. Não adianta dizer que no Brasil não tem racismo, negar o fogo e desmatamento na Amazônia ou então que a COVID é só uma gripezinha. As pessoas veem os incêndios na TV, escutam análises no rádio e procuram informação em veículos sérios. Nas casas morrem pessoas de verdade, desempregados não veem luz para sair da miséria e a maioria já percebe que ele fala mentiras e asneiras. O que é fatídico para a credibilidade de qualquer um, imagine-se para um presidente.

É interessante notar que a maioria da população percebe ou cansou do exercício da presidência por um governante que não age de forma racional, é desequilibrado emocionalmente e não entende de gestão!

Os mais informados estão indignados com a situação de pária internacional vivida hoje pelo Brasil diante da seriedade da questão ambiental; com a perda de tempo com bobagens e ataques desnecessários; com a falta de rumo no governo; e com o negacionismo que provoca medo em quem respeita a ciência. O ponto de virada foi a postura de descaso frente ao coronavírus, a desumanidade com que lida com a morte e o luto de milhares de famílias, a lentidão e desorganização na distribuição de verbas para Estados e Municípios organizarem a Saúde diante do desafio da pandemia, além do descaso com os milhões de testes perdidos por falta de distribuição. A gota d'água ocorreu perante os desatinos antivacina, que é nossa principal esperança por dias melhores.

Eleitor cuidadoso

Esta eleição foi excelente em vários sentidos, além do aparente derretimento de Bolsonaro nas grandes cidades. Mostrou que o eleitorado ficou cuidadoso nas escolhas, olhou melhor a trajetória "dos novos na política", reconheceu o trabalho da maioria dos governantes na pandemia e optou pela segurança e credibilidade de quem já fez. Haja vista a votação de Eduardo Paes, no Rio, e Bruno Covas, em São Paulo.

Acreditar que problemas necessitam somente de determinação para serem superados faz parte do desconhecimento da complexidade que é governar. A vontade de fazer é fundamental, mas a habilidade política conjugada com experiência são ferramentas necessárias. É natural que a juventude tenha aspiração por justiça social e oportunidades, assim como adultos que esperam e exigem um mundo melhor, ou que lhes ampare e lhes dê trabalho para uma qualidade de vida digna e com futuro para que suas famílias tenham esperança.

O grande vencedor da esquerda foi Guilherme Boulos, do PSOL, com expressiva votação, que falou para o coração dos jovens, tocou no desespero dos desempregados e nos sonho dos adultos que almejam uma sociedade com justiça social. Fez discurso carismático de esperança e denúncia das desigualdades, conseguiu ser a grande novidade nesta eleição, o que, no segundo turno, em-

balou parceria das esquerdas (PCdoB, PDT, Rede e PT). PCdoB não elegeu vereadores, Rede tampouco e PT diminuiu sua bancada e amargou pífio desempenho à prefeitura.

É bom acreditar que um dia todas as mazelas terão solução. Eu optei por acreditar que a eleição municipal em São Paulo seja um farol que aponte para a mudança de rumos no País com propostas realistas, trabalho sério, mesmo que, às vezes, de difícil percepção, devido ao tamanho das dificuldades, com foco em ações e fé, com cada vez maior ousadia no campo social e educacional, assim como pela continuidade da responsabilidade frente à condução da pandemia. Porque do jeito que está o País não irá pra frente. Sonhos, temos que tê-los. Mas, embalados pela realidade e experiência, eles caminham mais rápido. Sem investimento na qualidade da educação, forte ação de combate ao racismo estrutural e desigualdade social, o Brasil não crescerá. São 109 milhões (56,10%) de brasileiros que hoje têm seu potencial desperdiçado e sua dignidade humana e direitos fundamentais desrespeitados por racismo e falta de oportunidades.

Não dá para fortalecer, ter democracia consolidada ou crescer economicamente sem um plano de ação concreto, de verdade, para esta mudança se apressar. A pandemia, a visibilidade maior dos assassinatos de negros e a brutal desigualdade social escancarada com o vírus, podem ajudar nesta percepção da necessidade de ações urgentes. São Paulo pode ser um farol de luz nesta direção.

Quem ganhou e quem perdeu? Quem mais perdeu foram Bolsonaro e Lula.

Para conseguir se recuperar, o presidente dependerá, no curto prazo, da boa logística na distribuição da vacina e de um discurso mais razoável. Não acredito que tenha esta capacidade ou continência verbal. A outra possibilidade, a principal, está na recuperação da economia, que pode começar a reagir com a chegada da vacina. Entretanto, muito dependerá da evolução da disputa entre o perdido e verborrágico ministro liberal da economia, Guedes, e do presidente que quer se reeleger a qualquer custo.

Equívocos de Lula

Não podemos subestimar a direita e a extrema-direita que compartilham de muitas das ideias de Bolsonaro. Ele ainda recebe parte do apoio empresarial que o elegeu, alinhavou recente parceria com o Centrão que lhe garantiu a impossibilidade de o presidente do Congresso, Rodrigo Maia, pôr os mais de 50 pedidos de impeachment para tramitar.

Não podemos nos enganar que, nestes últimos dois anos, ficou claro o conservadorismo de uma parcela da população brasileira que aplaude o que chamamos de retrocesso civilizatório, assim como os que têm aspirações antidemocráticas e autoritárias. Houve avanço expressivo de partidos que apoiam o presidente. Se vão continuar a apoiá-lo ou não, dependerá da economia e sua contenção nos desatinos.

Lula tem se equivocado e omitido desde a saída da prisão e não conseguiu recuperar a formidável liderança que exerceu. Com a eleição municipal, a esquerda ganhou novo líder, Boulos, graças à desistência de Haddad em disputar a prefeitura. Mais uma estratégia equivocada de Lula, que não fez força alguma, muito pelo contrário, para estimular a candidatura. É difícil saber as reais razões pelas quais Haddad não brigou para entrar na disputa. Foi grande erro. Teria ido, com certeza, para o 2º turno e criado musculatura que o torna-

ria mais independente de Lula e muito mais próximo da candidatura presidencial do que hoje se encontra. Lula foi mal pois, apesar de o PT continuar a ter hegemonia de ser o partido mais votado no campo da esquerda, não venceu em nenhuma capital. Será difícil ter candidato nacional forte, especialmente no Sudeste, como Boulos se mostrou na eleição paulistana.

Os decanos das lideranças petistas que disputaram em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro foram fragorosamente derrotados. Assim como os candidatos dos governadores petistas. O PT terá que investir pesado em novos quadros, o que não acontece da noite para o dia. Em São Paulo, dos 645 municípios, o partido só conquistou prefeituras de Araraquara e Matão.

Fortes lideranças, Emídio de Souza e Luiz Marinho, perderam em Osasco e São Bernardo. O ex-prefeito José de Filippi venceu Diadema e também em Mauá. Elói Pietá perdeu em Guarulhos. Marília Arraes perdeu em Recife para seu primo João Campos numa batalha de sangue para todo lado. A disputa foi de tal ordem que a aliança PSB e PT poderá estar trincada para 22.

A esquerda encolheu pois governará 11,34 milhões de pessoas e das 94 maiores cidades só venceu em quatro. O PT deverá se repensar profundamente e apelos para renovação de lideranças já acontecem. Não é à toa que, no dia seguinte à eleição, o senador Jacques Wagner se colocou na disputa presidencial, pedindo ao "irmão Lula" para se afastar. Entretanto, parece que ceder a cabeça de chapa não está ainda no jogo. A ver.

Em resumo, os ganhadores foram:

- Os moderados, principalmente DEM, PSDB e MDB, vencedores nos centros urbanos. Juntos governarão 45 milhões de pessoas, metade do eleitorado brasileiro;
- Os muitos hostilizados como da "velha política" na eleição anterior, os que têm experiência;
- Os prefeitos que foram bem avaliados na condução da pandemia;
- A perspectiva que a esquerda é capaz de se unir;
- Os indenitários que fizeram bonito;
- A nova expressão política chamada de "coletivo" e que pode vir a ser a semente de algo novo na construção de partidos mais democráticos.

Outra novidade importante na eleição municipal foi a maior representação da diversidade nas candidaturas e eleitos. Mandatos coletivos, quando um é eleito e o mandato é exercido em grupo, que passaram de 13 para 2.257. Entre os que se declararam pardos, o avanço foi de 24,4% para 31%, e, entre os que se declararam pretos, foi de 1,7% para 2,4%. Nos 58 mil vereadores eleitos, negros e pardos não chegaram a 50%, mesmo sendo sua representação no Brasil de 55,8%. Os brancos foram maioria, apesar de não terem sido a maioria de candidatos. Esta situação pode mudar nas próximas eleições, dependendo de ações para diminuição do racismo estrutural.

O crescimento das mulheres para prefeituras foi frustrante. Crescemos 0,5%, de 11,6% para 12,1% no total dos 5.567 municípios. Para vereadoras foram eleitas 16% de vereadoras do total de eleitos. Sinto que ainda não achamos o caminho. Este é um desafio a ser enfrentado e reestudado. O número apresentado é ridículo, além de não corresponder aos estímulos de cotas e recursos alocados, pois somos 51,7% do eleitorado. Os partidos e as mulheres vão ter que se debruçar em busca de novas fórmulas, algumas já tramitando no Congresso. Nesta eleição entrou, pela primeira vez, o

recurso para negros. Este parece que ficou meio perdido. Transexuais, gays, lésbicas e travestis foram uma oxigenação bem-vinda neste mundo de preconceitos. Os indígenas aumentaram um pequeno espaço.

Os partidos há muito estão com dificuldade de se conectar com o eleitor. Acredito que o êxito das candidaturas "mandato coletivo" podem ser algo novo nascendo. As poucas que já existem não deram confusão e parecem funcionar bem, propiciando o nascimento de outras candidaturas dentro do primeiro mandato eleito coletivamente. Podem se tornar nova maneira de concorrer e têm aberto espaço para candidaturas sem recursos. Tenho certeza que os partidos vão ter que mudar sua forma de organização. O mundo digital desorganizou o conhecido e a juventude está experimentando outras formas de inserção. Novos e outros caminhos serão experimentados.

Boa notícia é a maior participação dos negros e negras nestas eleições. Há um aumento da percepção da existência de um racismo estrutural em virtude da repercussão gigantesca de assassinatos negros aqui e no exterior. Aguarda-se uma reação de governos, empresas e políticos, assim como da sociedade civil, que podem gerar ações concretas na diminuição do preconceito e na eleição de mais negros.

O mundo melhora paulatinamente. Nesta eleição paulistana tivemos dois candidatos de matizes diferentes, ambos defensores da democracia. Por uma série de contingências e um candidato com temperança e qualidades políticas pessoais, o centro venceu em São Paulo. Venceu também no Brasil todo. Bruno Covas, no discurso do dia da vitória resumiu bem o dia seguinte: "as urnas falaram e eu saberei ouvir o recado.".

Para a eleição de 22, o lugar da candidatura de direita mais extrema já está ocupado por Bolsonaro. Pode ser com mais ou menos musculatura, mas não vejo concorrentes nesta área. A esquerda está se sentindo mais forte com a força que as várias siglas, juntas, demonstraram em São Paulo e também porque grande parte dos movimentos de combate ao retrocesso civilizatório – o grande número de artistas, a juventude que está mais partícipe e os movimentos identitários –, simpatizam com ela. Será ruim se a esquerda se isolar. Teremos duas frentes extremas novamente.

Frente democrática e ampla

A turma considerada da "velha política" se anima com o resultado moderado da recente eleição e poderá tentar se reinventar na nova demanda de uma apresentação de centro-direita. Não irá longe. Creio que os políticos que são a favor da democracia, e não compartilham os extremos, terão que se reinventar e, provavelmente, dar as mãos em algum momento. Está aí a inexorabilidade da formação da Frente Ampla, já compreendida pelos dois grandes vencedores desta eleição: Bruno Covas e Eduardo Paes. Ambos com tarimba e habilidades suficientes para entender a direção das mensagens enviadas pelos eleitores e liderarem esse processo.

A Frente Ampla deverá ser o polo e a união das forças vencedoras de centro, DEM, PSDB e PMDB com o apoio de liberais e progressistas na composição. Assim será construída uma frente com aqueles que forem defensores intransigentes da democracia, que acreditem no papel de destaque que o Brasil precisa voltar a ter na defesa do meio ambiente, nas mudanças com responsabilidade fiscal e que sejam capazes de elaborar as diretrizes de programa de governo com respostas que possam fazer dife-

rença no combate à escancarada desigualdade social e ao racismo estrutural. Estes propósitos se entrelaçam e permitirão que trilhemos a revolução que o Brasil necessita e anseia. E, na verdade, é o que a maioria da sociedade gostaria: mudanças profundas sem radicalismos. É sonho? É possível e temos líderes para tanto.

O mundo está mudando. O partido democrata nos EUA mostrou magistralmente como quando a esquerda, de Bernie Sanders, uniu-se com o centro de Biden, elegeram um centrista que, agora eleito, mostra, com sua vice e secretariado já escolhido, que entendeu as mudanças que serão necessárias para corresponder ao voto de confiança de seu eleitorado. A exitosa Frente Ampla democrata mostrou que é possível ter o bom senso de não optar por desejos e ações perdedoras diante de uma situação dramática. Biden uniu o seu país em torno das mudanças necessárias frente ao drama do continuísmo do atraso, truculência e negacionismo.

A Frente Ampla, no Brasil, que terá como espinha dorsal o centro, agregando e unindo os liberais-democratas aos progressistas, será um novo farol para essa busca que já dura cinco séculos.

A Eleição Municipal e a Sucessão Presidencial de 2022

Carlos Sávio G. Teixeira

Este artigo apresenta uma tese e duas hipóteses sobre a relação entre a eleição municipal recém ocorrida e o pleito presidencial de 2022. A tese é a de que o resultado da eleição municipal revelou que o sistema político que vigorou até 2018 não se recompôs da implosão a que foi submetido pela ascensão do fenômeno político-eleitoral do bolsonarismo. A primeira hipótese é a de que esse desfecho aumenta ainda mais o grau de indeterminação do processo eleitoral presidencial que ocorrerá daqui a dois anos. A segunda hipótese é a de que, a despeito da impressionante inépcia institucional de Bolsonaro, seja à frente do governo, seja na incapacidade de organizar partidariamente a sua base social e ideológica, o bolsonarismo tem chances de disputar a sucessão presidencial de maneira competitiva.

As eleições municipais têm impacto limitado sobre a eleição presidencial. Sua influência é maior em relação às eleições para deputados federais e estaduais e para governador. A eleição presidencial no Brasil é, de longe, a menos controlada pela lógica das máquinas políticas, sejam partidárias ou governamentais – o que não significa que elas ocorram num vácuo de poder, mas que os elementos que a estruturam são mais diversificados e menos previsíveis. A última eleição presidencial ilustra o argumento, em que pese a sua relativa excepcionalidade, com os exemplos das candidaturas do PT e do PSDB. O PT sofreu grande revés na eleição municipal de 2016 e mesmo assim conseguiu colocar o seu candidato no segundo turno da eleição presidencial dois anos depois. Já o PSDB obteve resultado favorável na eleição municipal de 2016 e fracassou completamente no pleito presidencial de 2018.

A eleição municipal castigou novamente o núcleo dominante do sistema político erigido na Nova República, organizado em torno de três partidos que ditaram a sua dinâmica política e eleitoral: PT, PSDB e MDB. O PT, que sofreu a sua maior derrota eleitoral em 2016, quando perdeu mais de 50% das prefeituras conquistadas em 2012, não se recuperou. Ao partido foi confirmada a imposição de um claro teto eleitoral em disputas majoritárias. Já o PSDB, que foi o partido com a maior votação em 2016 para o cargo

Carlos Sávio G. Teixeira é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi assessor especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e coorganizou o livro Bolsonarismo: Teoria e Prática.

de prefeito, com mais de 17,7 milhões de votos, este ano não chegou a 11 milhões, mesmo num quadro de enfraquecimento de seu principal adversário, o PT. O MDB também sofreu queda nesta eleição e, pior, assistiu ao seu rival na estratégia política de captura do poder pela arena congressual, o chamado Centrão, crescer substantivamente.

Se a eleição municipal foi negativa para os três grandes agentes partidários do antigo regime, o mesmo não se pode dizer do bolsonarismo (aqui entendido como partidariamente formado por cinco pequenas agremiações: Republicanos, PSL, PSC, Patriota e PRTB). Por um lado, a força disruptiva de 2018, expressa na violenta rejeição da política convencional associada enfaticamente a duas de suas características resultantes, mas não exclusivas (fisiologismo/corrupção e acordo entre minorias organizadas/políticas de ganho marginal) refluiu, em parte pelo comportamento de Bolsonaro, que continua sem partido e conduz um governo programaticamente errático; por outro lado, o bolsonarismo passou de 6,5 milhões de votos para quase 13 milhões neste ano, sendo o único agrupamento político com pretensão de disputar a eleição presidencial que cresceu no pleito municipal.

Fator sudeste

O quadro político nacional apresenta hoje quatro blocos aglutinadores em termos de provável apresentação de candidatura competitiva na sucessão presidencial. O primeiro deles gravita em torno do bolsonarismo. O segundo está localizado na órbita do petismo. O terceiro envolve a aliança entre PDT e PSB e o quarto contempla PSDB e DEM. O bolsonarismo parece ter conseguido se autonomizar relativamente a Bolsonaro, que preso à lógica personalista e plebiscitária a que está habituado a atuar não conseguiu se adaptar a esta eleição municipal e acabou secundarizado. O segundo bloco obteve um desempenho desfavorável, particularmente para um agente que se propõe a rivalizar com o bolsonarismo. O outro polo neste campo político, ocupado pelo nacional trabalhismo, também não experimentou melhora em sua posição, mas dado o enfraquecimento petista, pode aumentar a sua atratividade tanto no interior do campo progressista como no mercado político mais amplo. Já o quarto bloco, o liberal, obteve resultados contraditórios. O PSDB não recuperou o protagonismo perdido em 2018 e ainda assistiu ao DEM, que tem sido seu aliado satélite crescer e o chamado centrão, na esteira da participação no governo Bolsonaro, ocupar espaços que lhe pertenciam.

Assim, tomando como critério o fator derivado desta eleição que mais pode influenciar o quadro sucessório presidencial, mesmo observando-se o seu alcance limitado, temos, no número da população a ser governada por estes blocos a partir de janeiro do ano que vem, um indicador a revelar um ponto de partida. Dos quatro blocos, o único que ostentou crescimento neste item foi o bolsonarismo. O bloco petista teve pequena queda, já sendo ele o de menor tamanho. O bloco trabalhista ostentou uma queda significativa, por causa do declínio do PSB. E o bloco liberal experimentou, além de uma pequena queda, uma reconfiguração interna com a redução do PSDB (de 25,12% para 16,81%) acompanhada de sua extremada concentração em São Paulo e do crescimento expressivo do DEM (de 5,63% para 12,05%). O quadro a seguir exemplifica:

Figura 1 – Evolução dos Blocos Políticos em População Governada – 2016 e 2020.

Blocos Políticos	2016 (%)	2020 (%)
Bolsonarismo	6,88	7,44
PT/PC do B/Psol	4,56	4,27
PDT/PSB/Rede	15,77	9,90
PSDB/DEM	30,75	28,86
Total Apurado	**57,96**	**50,47**

Um outro aspecto importante a se destacar é o fator sudeste. Ele foi decisivo para a vitória de Bolsonaro em 2018, pois além de ser a região de maior densidade eleitoral, foi onde o sistema político da Nova República se expressou de maneira mais clara: São Paulo e Minas Gerais divididos entre PSDB e PT e Rio de Janeiro sob o domínio do MDB. Os escândalos de corrupção envolvendo os ex-governadores Aécio Neves e Sérgio Cabral devastaram as estruturas políticas destes estados (2º e 3º colégios eleitorais do país), abrindo o caminho para ascensão fulminante do bolsonarismo, cuja intensidade se desdobrou para o plano estadual elegendo os governadores de ambos os estados. Nem em Minas nem no Rio, a eleição municipal fez o antigo regime se recuperar (PSDB e PT tiveram desempenho sofrível nos dois estados e o MDB também foi mal no Rio). E lembremos que o candidato do PSDB ao governo do estado de São Paulo só venceu a eleição em 2018, por margem muito pequena, com a ajuda providencial de Bolsonaro.

A este conjunto de constatações políticas e eleitorais que não apontam para uma estabilidade do sistema político, permitindo-lhe operar numa espécie de "piloto automático" institucional, como ocorreu de certa maneira até 2018, parece-nos conveniente algumas considerações acerca da atual disposição "espiritual" do País que, ademais, tem tido claras manifestações eleitorais, inclusive neste pleito que acabou de se encerar. A sociedade brasileira vem passando por transformações acentuadas que podem ser descritas como uma revolução de consciências, no estilo apontado por Tocqueville. Se, do ponto de vista econômico, a nossa complexidade produtiva vem declinando desde os anos 80, data deste período também o início de uma reorientação de grande monta do ponto de vista moral.

Resumindo a complexidade da manifestação desses grandes movimentos a seus imperativos mais políticos, observamos esquematicamente uma dupla direção: 1) luta pelo estabelecimento entre nós de uma cultura dos direitos, importada dos países do Atlântico Norte, que sempre tomamos como referência; 2) a substituição da teodiceia do sofrimento por uma teologia da prosperidade e da secessão, que tem assumido no Brasil o caráter de um liberalismo para as massas, no qual o ideal de autoconstrução individual é a principal orientação. Em ambos, o discurso de rechaço à lógica dos conluios (representado, por exemplo, no fascínio que o tema da corrupção exerce entre elas) aparece com muita força, embora os seus agentes sociais sejam bastante distintos. Os que lutam pela entronização da cultura dos direitos no Brasil são geralmente de classe média, tem relação com o ambiente da universidade e mobilizam suas atenções contra as iniquidades (sejam elas, por exemplo, ambientais, sociais ou em relação às chamadas minorias). Essa perspectiva não domina o imaginário popular brasileiro.

Já o segundo movimento, representado social e ideologicamente pelos emergentes, especialmente os evangélicos, tem perfil formado por maioria das classes populares ou

classe média baixa, que não têm a sua atenção voltada para as referências metropolitanas, como sua congênere de inspiração "cosmopolita", e seu ideal é o da construção empreendedora. Nela o cultivo do trabalho duro e da disciplina (a noção de dever) como meios para o alcance de suas realizações contrasta com a ênfase dos discursos progressistas do outro movimento em que mudanças coletivas são pautadas pela ideia de compensação e de inclusão (a noção de direito) como terapia dos problemas passados e presentes. Numa, a acepção da agência é afirmada sob a influência do sentimento de reparação. Na outra, o cerne da agência é estruturado na reação contra as adversidades da vida percebidas como desafios morais. Mas nenhuma questão separa tanto os dois movimentos como a tradução política de algumas de suas agendas, como naquelas em que se insinuam mudanças de valores e costumes.

Quatro blocos

Diante desse conjunto combinado de variáveis político-eleitorais e sociológico-morais referidos até aqui, quais são os cenários que se interpõem no caminho da política nacional até as eleições presidenciais de 2022? Voltemos aos quatro blocos políticos. O bolsonarismo tem a seu favor os poderes (materiais e imateriais) que o exercício da presidência oferece – embora também possa acarretar ônus. E conta ainda com a onda que fez o país "virar à direita". Embora sem a mesma intensidade de seu momento áureo entre 2013 e 2018, ela ainda persiste. O petismo, mesmo em declínio, ainda aparece como uma força política inercialmente relevante: conta com a identificação fiel de uma parte do eleitorado, mas dá sinais claros de isolamento que parecem um impeditivo à aspiração de voltar ao poder central. Já o nacional trabalhismo continua dependente da queda petista e da manutenção da incapacidade dos liberais de recuperarem parte dos eleitores perdidos para o bolsonarismo, o que abriria a possibilidade de receber apoio destes. Os liberais encontram-se imprensados entre o bolsonarismo e a falta de um apelo capaz de alcançar o "centro" para além da vagueza de seu compromisso com a moderação.

A natureza do governo Bolsonaro, desfalcada de qualquer tipo de sofisticação, gerou expectativas frustradas entre os que esperavam sua progressiva corrosão em termos de apoios. Os que nutriam esse desejo misturado com análise, parecem não considerar um dos traços mais notáveis e persistentes da história brasileira: o invariável nível baixo de expectativas dos brasileiros, presente em todas as classes sociais – embora com graus distintos em cada uma delas. Esse fato conta a favor de Bolsonaro. Por isso, a tentativa de comparar a circunstância eleitoral da derrota apertada de Donald Trump nos EUA com a nossa é equivocada. A crise de saúde pública foi sentida e avaliada de maneira muito distinta nos EUA e no Brasil. Além do fato de que a crise sanitária encontrou a economia norte-americana em franca recuperação, ao contrário da brasileira que já estava deteriorada, o que possibilitou a Bolsonaro agir com notável argúcia estratégica, explorando com sucesso as angústias e os medos derivados dos efeitos econômicos da pandemia. Dois anos após o início de seu governo, continua bem colocado em termos de luta pela reeleição.

O petismo experimenta hoje o seu pior momento eleitoral. Desde 1989, sua curva de expectativas eleitorais sempre foi ascendente. Agora está descendente, sem ho-

rizonte de recuperação no curto prazo. Até chegar à presidência em 2002, o PT construiu uma bem-sucedida narrativa, na qual o discurso antissistema era perfeitamente temperado com o da lamentação social e o da retórica anticorrupção. À frente do governo por 13 anos, ressignificou sua narrativa enfatizando o "pobrismo" – o ex-presidente Lula sempre alude ao fato de "ter colocado os pobres no orçamento", sem ter conseguido, entretanto, tirá-los da pobreza, complementam os críticos. O problema é que fora do poder essa argumentação perdeu força junto às classes populares e a antiga narrativa não tem como ser recuperada depois de mais de uma década à testa do Estado nacional. O petismo ficou isolado politicamente – em suas vitórias nas eleições presidenciais sempre teve aliados importantes no *establishment* como o empresário José Alencar e o MDB. Dada a rigidez de sua natureza política, será consumido por esse dilema até 2022.

Sucessão com transição

O nacional trabalhismo tem como principal desafio expandir-se do Nordeste rumo ao Sudeste, hoje em parte considerável indisponível ao PT e ao PSDB. O enfraquecimento do petismo abre horizonte para que a candidatura de Ciro Gomes possa ser percebida por parte da base eleitoral petista como o mais natural destinatário de seu apoio. Por outro lado, o nacional trabalhismo pode também se tornar eleitoralmente atraente para parte dos liberais que estejam dispostos a derrotar o bolsonarismo, sem correr o risco de ressurgimento do petismo. Outro desafio eleitoral a este bloco político é a construção de um emblema que o bolsonarismo e o petismo, por exemplo, possuem para se comunicar com a maioria do eleitorado. O contraste entre a sua consistência programática e a sua dificuldade de comunicação política é acentuado.

Os liberais ostentam, mais do que qualquer outro bloco político, o paradoxo da relação entre as eleições municipais e a eleição presidencial. Mesmo tendo observado decréscimo em seu desempenho eleitoral, é o grupo com mais capital político saído da eleição deste ano e o que menos tem perspectiva de uma candidatura competitiva em 2022. Sem uma perda significativa de força por parte do bolsonarismo ao longo desses próximos ano e meio, será difícil para os liberais evitarem o desfecho da última eleição presidencial. É sintoma dessa circunstância a ventilação de nomes como o do apresentador de TV Luciano Huck e do ex-ministro Sérgio Moro como possíveis candidatos do bloco.

A próxima sucessão presidencial ocorrerá dentro de um quadro de transição do regime implodido em 2018 para outro que ainda não se manifestou nem definiu. A permanência, no centro do cenário, de um agente com características desestabilizantes, o bolsonarismo, só aumenta o grau de incerteza. O quadro segue se modificando e, com ele, o próprio bolsonarismo. É improvável a reprodução do contexto que marcou a última disputa presidencial. O pleito de 2022 será conduzido sob a predominância das forças da indeterminação e da contingência. A história permanece aberta.

Na era Biden, o Itamaraty '*Trumpolavista*' Ficará Falando Sozinho

Paulo Sotero

De volta a Washington, em dezembro de 2013, depois de quase quatro anos como embaixador em Brasília, Thomas A. Shannon recordou afirmação que havia feito ao partir para a missão sobre o efeito salutar da crescente conectividade das sociedades dos dois países, já visível então, a despeito da distância e das turbulências ocasionais do diálogo oficial. "Eu disse que nossas sociedades e nossos povos — e não nossos governos — se tornariam os principais motivadores de nosso relacionamento", lembrou Shannon, em palestra no Wilson Center. A presciente observação do diplomata, que concluiu sua carreira em 2018 como vice-secretário de Estado, descreve o desafio criado para o Brasil pela eleição à Casa Branca do centrista Joseph R. Biden e a fragorosa derrota que ele impôs ao populista de extrema-direita Donald Trump, cujo arremedo tropical, Jair Bolsonaro, permanecerá no Palácio do Planalto. Trata-se de promover e ancorar o relacionamento em interesses reais mútuos que vão além dos governos e a eles se impõem.

Biden conhece e valoriza o Brasil. Ele está ciente das complexidades do País e será assessorado por especialistas fluentes em português e conhecedores da realidade brasileira. Por temperamento e convicção, o novo líder americano não hostilizará o País e não fará preleções. Os EUA estão saindo de uma experiência política traumática, ainda não superada, que colocou em questão, dentro e fora do país, a noção de excepcionalidade americana que desde sempre inspirou a arrogância com que seus líderes falavam ao mundo.

Isso não significa, no entanto, que o novo líder americano, empenhado em reconstruir os laços de seu país com o mundo, terá tempo para as esquisitices e absurdos do "trumpolavismo" ou a má-fé e tolices dos passadores de boiadas que dão cartas em setores importantes do governo brasileiro. O mesmo se aplica à valentia retórica do próprio Bolsorano, que reagiu ao alerta feito por Biden num debate com Trump, durante a campanha, sobre "consequências econômicas significativas" que o Brasil enfrentará se não parar de "destruir a floresta [amazônica]", afirmando que o governo responde-

Paulo Sotero é jornalista, professor visitante da Universidade de George Washington e colaborador do jornal *O Estado de S.Paulo*, do qual foi correspondente na capital americana entre 1989 e 2006. Dirigiu por 14 anos, do Brazil Institute, o Woodrow Wilson International Center for Scholars, no qual permanece como pesquisador sênior.

ria "com pólvora" à imposição de sanções contra o país. A troca politizou a relação bilateral no Partido Democrata, no qual o líder brasileiro não tem simpatizantes e pode, potencialmente, limitar Biden. A propósito, não faz falta a ausência de cumprimentos protocolares de Bolsonaro a Biden, que não tinham sido apresentados até o início de dezembro. Mas caíram mal e não serão facilmente relevados os irresponsáveis comentários do presidente brasileiro sobre alegações de fraude na eleição de Biden. Não se deve esperar, assim, que o novo governo em Washington priorize as relações com o Brasil.

Contenção da COVID-19 é tema mais urgente da pauta bilateral

Dois temas do tóxico legado de Trump mantêm o País no radar e exigem atenção imediata. O mais urgente é a pandemia. Transformados nos dois maiores necrotérios mundiais de Covid-19 pelo negacionismo e pela negligência de Trump e Bolsonaro, os EUA e o Brasil estão fadados a intensificar a cooperação bilateral na produção de vacinas nos próximos meses. É antiga a cooperação entre as escolas de medicina e os centros de pesquisas sanitárias dos dois países e o intercâmbio de especialistas. É reconhecida a capacidade instalada no Brasil para a produção de vacinas em escala industrial, essencial para a superação do flagelo não apenas em casa, mas nos países vizinhos e em partes da África.

O outro tema que se impõe é a questão ambiental. Ela voltará com força à pauta no dia da posse de Biden, quando sua administração notificará às partes sobre a readesão dos EUA à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Numa de suas primeiras decisões, o novo líder americano reforçou o compromisso com a sustentabilidade ambiental, elevando o ex-secretário de Estado John Kerry ao novo posto de Enviado Especial para Clima, com status de ministro e amplo apoio da vasta rede de entidades científicas públicas e privadas, empresas e organizações civis dedicadas à restauração e preservação do meio ambiente. No Brasil, parece claro que essa conexão dependerá crucialmente de atores relevantes da sociedade civil presentes nas empresas e entidades do setor privado, do terceiro setor, na academia e nos meios de comunicação. Trata-se de uma tarefa de articulação estratégica de interesses concretos, com objetivos mensuráveis ao longo do tempo, como o fim do desmatamento nos grandes biomas, o reflorestamento e a adoção de métodos e tecnologias limpas na produção, transporte e comercialização de bens e serviços.

Esse trabalho já começou e vai adiantado. Ele está patente nas atividades dos setores modernos do agronegócio e começa a ganhar espaço nas discussões de políticas públicas. Em julho passado, 17 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central divulgaram declaração conjunta em defesa de uma economia de baixo carbono no país. Ainda que tardia, quando se considera que veio quase 30 anos depois da Rio 92 — a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que internalizou politicamente o assunto —, a iniciativa revelou à nação a salutar descoberta pela elite econômica nacional da necessidade de incorporar dimensão ambiental às políticas de expansão do PIB e promoção da prosperidade.

Em agosto, pressionados pela urgência que o assunto ganhou com a chegada ao poder de Bolsonaro e de sua deletéria abor-

dagem do assunto, uma centena de líderes de vários setores, que vinham conversando há tempos — entre eles os empresários Guilherme Leal, Natura e presidente a Instituto Arapyaú; Cândido Bracher, Itaú; Walter Schalka, Suzano; Marcos Molina, Marfrig; José Roberto Marinho, Grupo Globo e Instituto Humanize; e Denis Minev, Lojas Bemol, maior rede varejista da região Norte —, lançou a "Concertação pela Amazônia" com objetivos que vão além das boas intenções. O propósito é "institucionalizar um debate plural e democrático voltado ao desenvolvimento sustentável da região", com base em diagnóstico que "subsidiará a construção de uma visão de futuro" para a Amazônia, alicerçada num "movimento que torne perene a implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável no território".

É dessa iniciativa que devem sair participantes de um diálogo consequente e duradouro com organizações da sociedade americana e com a administração Biden. Os atores dos dois países nesse empreendimento cooperam há anos e têm histórico de realizações. A ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, trabalhou intensamente na construção do Acordo de Paris da Convenção do Clima, em 2015, com o negociador americano Todd Stern, então líder no Conselho de Segurança da Casa Branca nas negociações. Principal autora do Código Florestal de 2012, Izabella é interlocutora respeitada pela nova administração em Washington, bem como por governos e organizações ambientais de nações líderes na Europa e pelas agências das Nações Unidas.

O fato de o governo brasileiro continuar cegamente na ignorância negacionista sobre os desafios que o País enfrenta na Amazônia, orientado pela miopia quase religiosa dos arautos locais do "antiglobalismo", seja isso o que for, não impede o engajamento de participantes e apoiadores da concertação com atores importantes em Brasília, como o vice-presidente Hamilton Mourão, que lidera o Conselho Nacional da Amazônia Legal, e a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina da Costa Dias, ex-deputada do Mato Grosso do Sul ligada ao setor agropecuário, com quem Izabella Teixeira tem bom diálogo.

Volta da diplomacia nos EUA deixará o Itamaraty trumpista ainda mais isolado

É pelo diálogo que a nova administração Biden pretende reconstruir as relações internacionais dos EUA, fortemente danificadas por Trump. Estas voltam agora aos trilhos da diplomacia, que guiarão a reinserção do País no mundo. É assim que Washington buscará estabilizar as relações com adversários, como a decadente potência Russa, uma China ascendente ou a emergente Índia, a qual conta com bem-sucedida colônia de imigrantes e seus descendentes no País, entre as quais a vice-presidente Kamala Harris.

Nas Américas, o Canadá, aliado próximo com o qual os EUA compartilham sua maior fronteira e fortes laços culturais e econômicos forjados em séculos de história, voltará ao lugar tradicional de principal aliado no continente. Ao sul, o México, origem da maior comunidade de imigrantes do país, e a Colômbia, principal fonte do flagelo do tráfico ilícito de drogas, enraizaram conexões amplas e profundas com os EUA no último quarto de século, e terão prioridade na América de fala espanhola. Entre os demais países do hemisfério, ganharão os que celebraram acordos comerciais em décadas recentes.

Na frente interna, Biden tem a árdua missão de processar as lições da campanha que o elegeu e incorporá-las às ações da administração. Homem afável, politicamente moderado e experiente, com 44 anos no Senado e oito na vice-presidência, o novo ocupante da Casa Branca sabe que Donald Trump, embora vencido, seguirá como um fator de perturbação na vida americana.

Faltando apurar votos residuais, Biden recebeu 79,7 milhões, 6 milhões mais do que Trump, numa disputa que teve participação de 67% eleitores, a maior em 120 anos, num País onde o voto não é obrigatório e a abstenção oscila em torno dos 50%. Biden prevaleceu no placar do Colégio Eleitoral, que reflete o tamanho das populações dos 50 estados e é a conta que vale. Venceu com 306 votos eleitorais, dos 538 possíveis, o mesmo placar que Trump descreveu como "vitória esmagadora" quando bateu a ex-secretária de Estado Hillary Clinton em 2016.

Mas o triunfo de Biden não produziu um mandato político claro. A votação que Trump obteve nas urnas foi a segunda maior da história do País e municiou o republicano a permanecer no cenário como força política. Sua presença inibirá por algum tempo o surgimento e a afirmação de novos líderes nacionais no partido conservador, especialmente se ele anunciar candidatura à Casa Branca para 2024. Os planos de Trump podem ser frustrados pelos processos judiciais por corrupção, que ele, filhos e associados estão fadados a enfrentar nos próximos meses no Estado de Nova York e, eventualmente, no plano federal.

Biden afirmou que não pretende guiar-se pelo sentimento de vingança, forte entre muitos democratas, e que exacerbaria a divisão entre americanos, a qual ele precisa superar para dar efetividade ao seu governo. Mas sabe que cometerá erro crasso se ignorar o peso político de Trump e sua capacidade midiática para promover o caos e semear crises, que é parte de sua estratégia para permanecer relevante.

Some-se a isso o desempenho surpreendentemente medíocre dos democratas nas eleições parlamentares, que ocorreram simultaneamente à disputa presidencial. Na Câmara de Representantes, o partido de Biden viu a confortável maioria de mais de 30 cadeiras, num total de 435, encolher para menos de dez. Estrategistas do partido atribuíram o recuo à rejeição pelos eleitores de propostas radicais promovidas pela esquerda, como a eliminação ou redução de verbas para as polícias municipais, acusadas de fomentar o ódio racial, a aceleração das políticas de transição para energias limpas e a socialização do sistema federal de seguro saúde, que é anátema numa nação fundada na liberdade individual e no capitalismo.

Essas propostas abriram divisões entre os democratas e contribuíram para frustrar a conquista da maioria do Senado num pleito em que os republicanos tinham um maior número de cadeiras em jogo. O racha interno entre os democratas deixou a esquerda do partido frustrada e motivada a contestar a moderação de Biden. Nesse contexto, a ampla e merecida publicidade negativa que a política ambiental do governo Bolsonaro recebeu na imprensa americana e internacional torna o País alvo certeiro de críticas. Mas, as críticas podem também reduzir e envenenar o espaço para interações produtivas entre os participantes da Concertação pela Amazônia e seus aliados dentro e fora da nova administração americana.

A decisão sobre o controle do Senado, crucial para a aprovação das propostas orçamentárias do novo governo e a confirmação

dos 15 membros do gabinete de ministros e dezenas de outros integrantes da alta hierarquia, incluindo embaixadores, acontecerá na primeira semana de janeiro em disputas de segundo turno pendentes no estado da Geórgia. Esse é o complexo e ainda indefinido panorama que os atores brasileiros devem ter em mente em suas interações com Washington e seus interlocutores nos EUA. A entrada em cena de representantes de peso da sociedade civil brasileira será muito bem-vinda se injetar realismo e der lastro ao que os dois países podem e devem buscar juntos.

Décadas de frustrações esvaziaram relações oficiais entre Brasília e Washington

A história das relações bilaterais mostra as limitações de tentativas de aproximação quando deixadas aos governos. O ex-presidente Fernando Collor de Mello, que ganhou o apelido de Indiana Jones na administração George H. W. Bush por seu estilo espetaculoso de agir, iniciou a abertura da economia e pôs simbólica pá de cal no programa nuclear, como queria Washington. Seu maior e último feito foi presidir a Rio-92 semanas antes de renunciar para não ser removido por impeachment, após denúncia de corrupção feita por um de seus irmãos.

Os seis anos em que Fernando Henrique e Bill Clintou coincidiram no poder levou a uma maior aproximação entre os dois países. Mas esta murchou na recusa do Brasil de embarcar na proposta americana de integração econômica regional seletiva e terminou em frustração dos dois lados. Nas presidências de Luiz Inácio Lula da Silva e de George W. Bush, que também coincidiram seis anos no poder, Brasília elegeu o projeto da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, que Fernando Henrique rejeitara na Terceira Cúpula das Américas, em Quebec, como alvo predileto, argumentando que o arranjo representaria a anexação da economia brasileira pela americana. A produção de etanol nos dois países foi o mote de um estreitamento de laços que viu o líder americano visitar duas vezes o Brasil antes de o governo brasileiro mudar o foco de sua política energética para o pré-sal e, com isso, labuzar-se em negócios escusos que entraram para a história como o maior escândalo de corrupção de todos os tempos.

Nos dois anos em que Barack Obama e Lula governaram simultaneamente, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil e deu-se o maior curto circuito da história das relações bilaterais — numa fracassada tentativa de mediação pelo Brasil e a Turquia, apoiada inicialmente pelo líder americano, de um acordo nuclear entre o Irã e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e a Alemanha. O grave incidente em maio de 2010, deixou mágoas nos dois países e foi superado apenas com a posse de Dilma Rousseff, em 2011. Primeira mulher presidente do Brasil e sem talento para a diplomacia, amargou episódio de espionagem americana em seu celular e na Petrobras. A revelação do embaraçoso episódio motivou a vinda do vice-presidente Biden a Brasília, em missão de panos quentes que, ironicamente, abriu caminho para o momento mais produtivo da relação bilateral. Depois de uma segunda visita de Biden para a abertura da Copa do Mundo de 2014, Dilma fez visita aos EUA em meados de 2015, na qual Obama e John Kerry, secretário de Estado, empenharam-se em garantir participação efetiva do Brasil em reunião da Convenção do Clima em dezembro em Paris.

A reunião produziu histórico acordo sobre as contribuições nacionais voluntárias de redução das emissões de CO_2. A contribuição da delegação brasileira foi amplamente reconhecida em Washington e outras capitais e abriu espaços providenciais a serem explorados agora, na era Biden, para a construção de agenda produtiva por atores influentes da sociedade civil já mobilizados para a tarefa – goste ou não Bolsonaro.

O Poder da Minoria e a Crise da Democracia Americana

Cláudia Trevisan

"Nós não somos uma democracia", tuitou o senador republicano Mike Lee um mês antes da eleição presidencial que deu a vitória ao democrata Joe Biden. Sua intenção não era denunciar falhas no sistema representativo, mas sim defender a ideia de que a vontade da maioria não é um elemento essencial do sistema político dos Estados Unidos, o País que muitos consideram a mais antiga democracia do planeta.

O post de Lee recebeu 45 mil curtidas e foi retuitado 7,3 mil vezes. A relativização da vontade popular ganhou força na retórica dos conservadores americanos nos últimos anos, na medida em que o resultado do voto direto se dissociava cada vez mais da decisão do Colégio Eleitoral sobre quem deve presidir o país. O argumento principal de Lee e outros conservadores é o de que os Estados Unidos são uma república, e não uma democracia.[1]

O Colégio Eleitoral é o maior símbolo do eventual divórcio entre maioria dos eleitores e a representação, mas ela é ainda mais evidente no Senado, onde cada Estado tem três cadeiras, independentemente de sua população. Na Câmara dos Deputados, o desenho casuístico de distritos eleitorais favorece o partido que controla o processo, diluindo os votos da legenda adversária. A definição das fronteiras dos distritos eleitorais é feita pelas Assembleias Legislativas, controladas pelo Partido Republicano em 32 dos 50 estados.

Essas distorções são provocadas por elementos estruturais do modelo político americano e aprofundadas pela diferenças na distribuição geográfica entre os seguidores dos dois partidos que disputam o poder e uma boa dose de casuísmo.

Democratas preferem viver em grandes centros urbanos, enquanto republicanos optam por lugares menos povoados do interior ou da zona rural, que têm peso desproporcional no sistema representativo do País. Essas distorções tendem a se acentuar, o que pode

1 Entre os exemplos dessa posição está estudo divulgado pela The Heritage Foundation, um dos principais *think tanks* conversadores dos EUA: Bernard Dobski, "America is a Republic, Not a Democracy", The Heritage Foundation, 19 de junho de 2020, https://www.heritage.org/american-founders/report/america-republic-not-democracy, acesso em 1º de dezembro de 2020.

Cláudia Trevisan é diretora-executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, ex-correspondente do jornal *O Estado de S.Paulo* nos EUA e na China, autora dos livros "*Os Chineses*" e "*China – O Renascimento do Império*" e mestre pela Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins.

levar a uma crise de legitimidade política nos EUA. Aliadas à polarização crescente do país, elas devem, no curto prazo, criar sérios obstáculos para Biden implementar sua agenda.

Voto popular x Colégio Eleitoral

Candidatos democratas ganharam o voto popular em sete das últimas oito eleições presidenciais, um feito que não havia sido registrado por nenhuma legenda desde a criação do sistema partidário moderno dos EUA, em 1828. Ainda assim, em apenas cinco das oito vezes, o vencedor democrata chegou à Casa Branca.

Em 2016, Hillary Clinton teve 2,9 milhões de votos a mais que Donald Trump, mas perdeu no Colégio Eleitoral com um placar de 304 a 227 delegados em favor de seu adversário. Dezesseis anos antes, o democrata Al Gore derrotou o republicano George W. Bush por uma diferença de 540 mil votos, mas naufragou no Colégio Eleitoral por apenas um delegado. Foi a primeira vez desde 1888 em que a vontade da maioria não se refletiu na escolha do presidente.

Biden teve uma clara vitória sobre Trump. Com vantagem de 6,2 milhões de votos, ele recebeu o maior percentual do voto popular dado a um candidato que desafia um presidente em exercício desde Franklin Delano Roosevelt, em 1932. O democrata também conquistou 306 delegados no Colégio Eleitoral, número similar ao obtido por Trump em 2016.

Mas Biden esteve muito perto de perder a eleição, apesar de sua grande dianteira no voto popular. Em três estados cruciais para a vitória, sua vantagem total foi de 112,7 mil votos: Pensilvânia (81,7 mil ou 1,2 ponto percentual), Wisconsin (20,6 mil, 0,7 ponto percentual) e Arizona (10,5 mil, 0,3 ponto percentual).

Se tivesse perdido nesses três estados, Biden não alcançaria o número mínimo de 270 delegados necessários para a eleição no Colégio Eleitoral, mesmo tendo cerca de 6 milhões de votos a mais que Trump.

Erwin Chemerinsky, professor de Direito Constitucional da Universidade da Califórnia, observa que estados com apenas 23% da população dos EUA têm um número de delegados no Colégio Eleitoral suficiente para eleger o presidente da maior economia do mundo. "Os americanos se agarram a muitos mitos. Um deles é o de que vivemos em uma democracia", escreveu Chemerinsky.

À diferença do tuite do senador republicano que abre este artigo, seu tom era de inconformismo e crítica. "Duas vezes nos últimos 16 anos o candidato que perdeu no voto popular foi, no entanto, selecionado para ser presidente por causa do Colégio Eleitoral. Não há qualquer outro País democrático em que isso poderia acontecer."[2] Ambos os candidatos que chegaram à Casa Branca sem apoio da maioria dos eleitores eram do Partido Republicano.

Os defensores do Colégio Eleitoral argumentam que ele deu estabilidade à democracia americana. Mas, se a dissociação entre voto popular e resultados persistir, o modelo se transformará em fonte de instabilidade e conflito. Um número cada vez maior de americanos se concentra em grandes regiões metropolitanas e vê o peso de seu voto diminuir em relação aos que moram em pequenas cidades ou regiões rurais, que tendem a ser mais conservadoras.

2 Erwin Chemerinsky, "The First Priority: Making America a Democracy", American Prospect, 15 de janeiro de 2019, https://prospect.org/power/first-priority-making-america-democracy/, acesso em 30 de novembro de 2020.

Estado menos populoso dos EUA, Wyoming vota em candidatos republicanos à presidência desde 1964. A Califórnia, com a maior população, é um sólido estado democrata. Em 1900, a população da Califórnia era 16 vezes maior que a de Wyoming. A diferença agora é de 67 vezes. Os californianos precisam de 714 mil votos para eleger um delegado no colegiado que escolhe o presidente. No Wyoming, são necessários apenas 195 mil. Ou seja, o poder de um eleitor do Estado é 3,7 vezes maior que o de um da Califórnia. E ambos têm o mesmo número de representantes no Senado.

"Nosso sistema político cada vez mais permite que a minoria prevaleça sobre a maioria", escrevem os cientistas políticos E. J. Dionne Jr., Norman Ornstein e Thomas E. Mann no livro *One Nation After Trump* (Uma Nação Depois de Trump, em tradução livre).[3]

Como muitos dos elementos do modelo de governo dos EUA, a distorção reflete a preocupação em equilibrar os interesses dos Estados da Federação e o peso da vontade popular que marcou a elaboração da Constituição dos EUA, no fim do século 18. O problema é que esse compromisso leva cada vez mais à perda de representatividade da maioria dos eleitores.

Ornstein e seus coautores observam que o percentual de americanos que vivem em pequenas e grandes regiões metropolitanas passou de 63%, em 1960, para 84%, em 2010 - uma diferença de 21 pontos percentuais.

Desequilíbrio no Senado

O maior desequilíbrio no peso dos votos das regiões urbanas e rurais ocorre no Senado, a Casa do Parlamento desenhada para representar os estados e atuar como poder moderador da Câmara dos Deputados, que representaria o voto popular. O cientista político David Birdsell, do Baruch College, prevê que, em 2040, 70% dos americanos viverão nos 15 estados mais populosos dos EUA (de um total de 50). Isso significa que esse universo conseguirá eleger apenas 30 dos 100 senadores do país. Os restantes 70 serão eleitos pelos 30% de eleitores que viverão em estados com menor população, que tendem a ser republicanos.[4]

A equação de forças do Senado que Biden terá em seus dois primeiros anos de mandato só seria conhecida no dia 5 de janeiro, data de duas eleições em segundo turno no estado da Geórgia. Antes delas, os Partidos Democrata e Republicano haviam conquistado, cada um, 48 das 100 cadeiras da Casa. Biden foi o primeiro democrata a vencer na Geórgia em 28 anos, mas a diferença foi de apenas 0,2 ponto percentual, ou 12,67 mil votos. É pouco provável que o tradicional Estado republicano eleja dois senadores democratas.

Se os republicanos ganharem as duas cadeiras, a minoria democrata de 48 senadores representará 20 milhões de pessoas a mais do que a maioria da legenda adversária. Se o resultado for de 50 a 50, o partido de Biden representará 41 milhões de pessoas a mais, mesmo controlando apenas metade do Senado. Nesta hipótese, o voto de desempate caberá à vice-presidente, Kamala Harris.

A vitória de Biden não será completa sem o Senado. Além de ser essencial em mudan-

3 E. J. Dionne Jr., Normal Ornstein e Thomas E. Mann, "One Nation After Trump, St. Martin's Press, fevereiro de 2020.

4 Philip Bump, "By 2040, two-thirds of Americans will be represented by 30% of the Senate", Washington Post, 28 de novembro de 2017, https://www.washingtonpost.com/news/politics/wp/2017/11/28/by-2040-two-thirds-of-americans-will-be-represented-by-30-percent-of-the-senate/, acesso em 30 de novembro de 2020.

ças legislativas, a Casa tem o poder de aprovar nomeações de juízes da Suprema Corte e de dezenas de tribunais federais ao redor do país, assim como os integrantes do gabinete do presidente.

O controle do Senado foi essencial para os republicanos transformarem o perfil da Suprema Corte no governo Trump, com a indicação de três magistrados conservadores. Também foi instrumental para eles negarem a apreciação do nome de Merrick Garland, apontado pelo ex-presidente Barack Obama para a Corte em março de 2016, nove meses antes da eleição presidencial que seria vencida por Trump.

Na época, os republicanos alegaram que a escolha deveria ser deixada para o sucessor de Obama. Agora, eles aprovaram o nome de Amy Coney Barrett em velocidade recorde, a tempo de ela assumir o cargo sete dias antes da eleição em que o atual presidente foi derrotado.

Não há presidencialismo de coalizão nos EUA e a crescente polarização significa que votações cruciais levam cada vez mais ao estrito alinhamento dos senadores ou deputados com seus partidos. O nome de Barrett, por exemplo, recebeu apoio de 52 republicanos contra 48 democratas, na primeira vez em 151 anos em que um integrante da Suprema Corte foi aprovado sem nenhum voto do partido minoritário.

O Judiciário tem enorme influência na sociedade americana. Questões como o direito ao aborto, liberdade de imprensa e o casamento entre pessoas do mesmo sexo foram definidas pela Suprema Corte ao interpretar a Constituição, e não pelo Congresso.

Biden precisará do Senado para implementar grande parte de sua agenda doméstica. Suas propostas de aumentar a tributação dos mais ricos, reformar o sistema de saúde e investir US$ 1,7 trilhão de recursos federais em energia renovável pelos próximos dez anos dependem de aval do Legislativo.

Supressão do voto como estratégia

Com a preferência de uma parcela decrescente do eleitorado, o Partido Republicano adotou a supressão do voto como estratégia eleitoral - e não me refiro às tentativas de Trump de interromper a contagem dos votos e levar a decisão de 2020 para a Suprema Corte.

Os mecanismos são mais sutis e quase sempre têm a roupagem de medidas supostamente adotadas para combater fraudes eleitorais, ainda que sua ocorrência seja insignificante. O efeito é dificultar o acesso às urnas de negros, hispânicos, pobres e jovens, que tendem a votar no Partido Democrata. Na eleição de novembro, 87% dos afro-americanos escolheram Biden, que também conquistou 60% dos votos na faixa etária de 18 a 29 anos.[5]

Os esforços de supressão de voto ganharam fôlego a partir de 2013, quando a Suprema Corte derrubou dispositivo do Ato do Direito de Voto, de 1965, que obrigava estados do Sul que tiveram segregação racial a submeter ao governo federal qualquer mudança em suas regras eleitorais.

Desde então, vários estados dificultaram o exercício do voto. A maneira mais direta é a exigência de documento com foto para identificação do eleitor. A condição seria razoável se o Estado americano provesse a todos os seus cidadãos uma cédula de identidade ou título de eleitor gratuitos, como ocorre no Brasil. Nos EUA, o eleitor tem de arcar com

5 "Exit Polls – President", CNN Politics, https://edition.cnn.com/election/2020/exit-polls/president/national-results, acesso em 1º de dezembro de 2020.

os custos da identificação e a mais comum delas é a carteira de motorista. Consegui-la exige dinheiro, a habilidade de dirigir e, em geral, a propriedade de um carro.

A obtenção de outros documentos também impõe custos aos cidadãos, na forma de despesas de transporte, taxas oficiais e perda de horas trabalhadas. A American Civil Liberties Union, a principal entidade de defesa dos direitos civis nos EUA, calcula o gasto entre US$ 75 (R$ 424) e US$ 175 (R$ 989). Em alguns estados, a definição dos documentos aceitos reflete preferências políticas. No Texas, governado pelo Partido Republicano, os eleitores podem se identificar com licenças para porte de armas, mas carteiras de estudantes não são aceitas. O primeiro grupo tende a ser republicano, enquanto o segundo se alinha mais aos democratas

Estima-se que 21 milhões de americanos, o equivalente a 11% dos cidadãos, não possuem documento de identificação emitido pelo governo.[6] Pesquisa de 2018 do *Public Religion Research Institute* e da revista *The Atlantic* mostrou que 9% dos eleitores negros e hispânicos relataram ter sido informados que não tinham documentos de identificação corretos para votar quando compareceram às urnas. Entre os brancos, o percentual foi de 3%.[7]

A população afro-americana, em particular os homens, também sofre de maneira desproporcional as consequências da conexão entre o direito ao voto e o sistema criminal. Os EUA são o único país desenvolvido em que condenados por crimes podem perder o direito ao voto por toda a vida.

O Sentencing Project, ONG dedicada à reforma do sistema criminal, estima que 2,23 milhões de americanos que já saíram da prisão continuam sem direito de votar em 11 estados. Incluindo pessoas que ainda cumprem pena, o universo dos excluídos sobe para 5,2 milhões. A entidade estima que 6,2% dos adultos negros estão impedidos de votar em razão da restrição. No restante da população, o percentual é de 1,7%.

O líder no ranking era a Flórida, um dos mais importantes estados pêndulo - aqueles que oscilam entre republicanos e democratas e acabam decidindo as eleições. Em 2018, 65% dos eleitores do estado votaram por eliminar a restrição e restaurar os direitos políticos dos que já haviam cumprido suas penas (com exceção dos condenados por homicídio e crimes sexuais).

O governador e a Assembleia Legislativa, sob o comando do Partido Republicano, aprovaram legislação que condiciona o benefício ao pagamento de todas as multas pecuniárias pendentes. Como resultado, 900 mil cidadãos da Flórida não puderam votar em 2020. Trump venceu no Estado por uma diferença de 371,7 mil votos.

6 "Oppose Voter ID Legislation - Fact Sheet", American Civil Liberties Union, 2017, https://www.aclu.org/other/oppose-voter-id-legislation-fact-sheet, acesso em 1º de dezembro de 2020.

7 Vann R. Newkirk II, "Voter Supression is Warping Democracy", The Atlantic, 17 de julho de 2018, https://www.theatlantic.com/politics/archive/2018/07/poll-prri-voter-suppression/565355/, acesso em 1º de dezembro de 2020.

Um Centro de Pesquisa para Inteligência Artificial Avançada no Brasil

Fabio Gagliardi Cozman
Claudio Santos Pinhanez
Sylvio Canuto

Há muito, a discussão sobre Inteligência Artificial (IA) atrai a atenção de pensadores das mais variadas áreas, de filósofos a escritores de ficção científica. Essa atenção adquiriu muita urgência na última década quando um avanço tecnológico explosivo demonstrou que artefatos artificiais podem de fato resolver problemas específicos normalmente associados à inteligência humana. Ao perceber que atividades como interpretação de texto ou de imagens podem ser reproduzidas por máquinas, segmentos importantes da sociedade passaram a investigar os benefícios desta tecnologia e a debater seus possíveis riscos. Um conjunto de países já produziu estudos sobre o impacto da IA e em particular planos sobre como explorar, e em alguns casos liderar, esta tecnologia. Uma das estratégias frequentemente adotadas ao redor do mundo é a criação de centros de pesquisa, em geral ligados a universidades com liderança na área. Por exemplo, os Estados Unidos criaram recentemente um conjunto de *AI Research Institutes* com suporte da *National Science Foundation*, anunciados como o investimento mais significativo em pesquisa em IA por parte do governo norte-americano. Outro exemplo importante é o *Alan Turing Institute*, criado no Reino Unido em 2015 por meio da colaboração entre universidades, com foco em ciência de dados e IA. Mais recentemente, em 2018, um centro foi estabelecido na China por meio da colaboração entre empresas e universidades, a *Beijing Academy of Artificial Intelligence*.

Este artigo descreve, em linhas bastante gerais, a criação do Centro de Inteligência Artificial, sediado na Universidade de São Paulo e financiado em parceria com a IBM e

Fabio G. Cozman é engenheiro pela Escola Politécnica da USP e PhD pela Carnegie Mellon University (EUA), e professor titular da Poli e diretor do Centro de Inteligência Artificial.

Claudio Pinhanez é cientista e professor, pesquisador da IBM Research desde 1999, e lidera pesquisas em Inteligência Conversacional do Laboratório da IBM Research no Brasil. É vice-diretor do Centro de Inteligência Artificial

Sylvio Canuto é doutor pela Universidade de Uppsala, Suécia (1979), é professor titular do Instituto de Física da USP. É pró-reitor de Pesquisa da USP.

a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Resultado de um processo cuidadoso de planejamento, o Centro de Inteligência Artificial (Center for Artificial Intelligence – C4AI) é a maior iniciativa em curso no Brasil de suporte à pesquisa em Inteligência Artificial. O C4AI abriu suas portas de forma virtual em 2020, contando já com a participação de várias instituições e dezenas de pesquisadores associados. Mostramos aqui como o Centro foi concebido e como seus passos iniciais foram executados.

A Criação e Constituição do C4AI

A Universidade de São Paulo mantém, há décadas, vários grupos de pesquisadores focados em IA. Estes grupos estão disseminados em vários institutos e por *campi* diversos, tendo historicamente uma presença forte em unidades responsáveis por Engenharias e por Ciências da Computação. Em vista do avanço observado na última década, outros grupos de pesquisa passaram a se agregar à comunidade de IA – grupos em medicina, saúde pública, economia, administração, direito, estatística, física, etc. Diante da estratégica necessidade de congregar esforços da Universidade em torno de temas ligados a Inteligência Artificial, a pró-reitoria de pesquisa da USP anunciou, ao final de 2018, um edital destinado a mapear grupos de pesquisa interessados em sistemas inteligentes. Foram submetidas 121 propostas a este edital, permitindo que os pesquisadores ligados ao tema fossem identificados. Dessa forma, a USP iniciou o ano de 2019 organizada e pronta para liderar pesquisas na área de Inteligência Artificial. Esse esforço coincidiu com o lançamento, no início de 2019, de um edital para criação de um Centro de Pesquisa em Engenharia voltado a IA pela IBM e pela Fapesp.

A Fapesp é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do Brasil; seus recursos se destinam a bolsas e auxílios em diversos programas distintos. O programa de Centros de Pesquisa em Engenharia da Fapesp oferece suporte à pesquisa de longo prazo para projetos de grande porte e caráter multidisciplinar entre parceiros acadêmicos e empresariais. Um Centro de Pesquisa em Engenharia não está limitado a questões típicas da Engenharia; pelo contrário, os Centros já estabelecidos lidam, entre outros, com ativos biotecnológicos, bem-estar humano, biocombustíveis e medicamentos moleculares. Um Centro de Pesquisa em Engenharia deve ter múltiplos objetivos: desenvolver pesquisas de classe internacional; difundir conhecimento para a sociedade, formar pessoas e fomentar debates; transferir tecnologia para parceiros. O suporte dado pela Fapesp a um particular Centro é complementado, em igual medida, por parceiros empresariais. No caso do edital lançado no início de 2019 para um Centro voltado à IA, este parceiro foi a IBM.

A IBM tem antiga presença no país: não só a IBM Brasil foi a primeira filial estabelecida pela IBM (em 1917), tendo feito investimentos significativos em produção e desenvolvimento de produtos no país ao longo de mais de 100 anos, como em 2010 a IBM aqui estabeleceu o seu nono laboratório de pesquisa mundial. Este laboratório, parte da rede mundial da IBM Research, foi resultado de um processo elaborado de avaliação das possibilidades de conduzir pesquisa tecnológica avançada no Brasil. Ao longo dos 10 anos seguintes, o laboratório da IBM Research no Brasil cresceu, contratando mais de uma centena de doutores, pesquisadores, engenheiros, estudantes e alcançando níveis de produtividade seme-

lhantes aos outros laboratórios da IBM. Em paralelo, diversas iniciativas de colaboração com a comunidade científica foram feitas, incluindo um projeto em parceria com a Fapesp, que contemplou mais de 20 projetos de pesquisa em universidades paulistas com fundos de apoio à ciência nas áreas de IA e agricultura. Como resultado dessa e das demais experiências positivas com a academia brasileira, a IBM decidiu aumentar esse investimento e propor em 2019 uma parceria de maior escala com universidades no Brasil.

Diante do lançamento do edital citado, uma equipe de pesquisadores da USP se reuniu semanalmente, durante os primeiros meses de 2019, para definir uma proposta de Centro aderente ao edital lançado pela Fapesp e IBM. Este esforço contou com participação de pesquisadores de toda a Universidade em um trabalho geograficamente distribuído. Nesse processo três instituições se associaram à USP como parceiras, cada uma com contribuições específicas de alta qualidade: o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o Centro Universitário FEI.

A proposta resultante foi baseada no entendimento de que a próxima fase da pesquisa em Inteligência Artificial terá como foco tanto um continuado avanço nos algoritmos que manipulam dados e aprendem a partir de observações, quanto uma maior interação entre os vários tópicos essenciais no comportamento inteligente: representação de conhecimento e raciocínio, tomada de decisão e aprendizado. A proposta previa também um significativo investimento em alguns setores aplicados – por exemplo, saúde e agronegócio.

A proposta foi selecionada pela Fapesp e IBM em outubro de 2019. Em seguida foram conduzidas tratativas ligadas à proteção de dados e propriedade intelectual, bem como reuniões sobre gestão e organização do Centro. Resolvidos estes assuntos, o C4AI teve seu início em agosto de 2020; para comemorar esse lançamento, foi realizado um evento remoto em outubro de 2020 com autoridades da USP, da Fapesp, da IBM, bem como das instituições associadas.

Com financiamento de até 10 anos, o C4AI recebe suporte anual aproximado de R$ 2 milhões da Fapesp e R$ 2 milhões da IBM, com uma contrapartida anual superior a R$ 4 milhões da USP na forma de pessoal e facilidades físicas. Suporte de longo prazo é importante pois permite que projetos de maior fôlego e ambição sejam abordados. Contando com cerca de 80 pesquisadores diretamente associados a seus projetos, e um número equivalente de pesquisadores colaboradores, o C4AI tem condições de enfrentar os vários desafios encontrados na pesquisa em IA. Estes pesquisadores se distribuem geograficamente, com maiores grupos em São Paulo (capital) e São Carlos, além de grupos menores em outras cidades como Ribeirão Preto, Piracicaba e São José dos Campos.

Dois espaços, um em São Paulo (capital) e outro em São Carlos, são destinados a receber uma maior presença física de pesquisadores e equipamentos. O C4AI é sediado no InovaUSP, um espaço para inovação e pesquisa multidisciplinar localizado no coração do campus Butantã da USP em São Paulo (capital). Além disso, o C4AI conta com uma sub-sede localizada no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP em São Carlos.

Um conjunto de comitês coordena vários aspectos do C4AI. Em alto nível, o Comi-

tê Estratégico é composto pelo pró-reitor de pesquisa da USP (Sylvio Canuto) e pelo diretor da IBM Research (Dario Gil). O Comitê de Direção, composto por dois membros da USP (Marcos Nogueira Martins e Moacir de Miranda Júnior) e dois membros da IBM (Lisa Amini e Bruno Flach), se ocupa do relacionamento no longo prazo entre os parceiros. O Comitê Executivo, responsável pelo planejamento e gestão do C4AI, consiste no diretor e vice-diretor, o primeiro da USP e o segundo da IBM (Fabio Cozman e Claudio Pinhanez respectivamente), bem como coordenadores de Difusão (Fernando Osório) e de Impacto (Glauco Arbix), ambos da USP. Três outros comitês complementam a coordenação de atividades do C4AI: um Comitê Científico composto por lideranças de pesquisa internacionais, um Comitê de Indústria composto por lideranças empresariais e governamentais e um Comitê de Diversidade cujo objetivo é atuar para que a área de IA tenha uma maior diversidade em todas as possíveis dimensões.

O C4AI: Planos e Desafios

Embora o C4AI tenha iniciado operações em meados de 2020, desde 2019 suas atividades estão em discussão e planejamento. Pesquisadores se reuniram já em dezembro de 2019 para várias rodadas de discussão, visando encontrar temas de pesquisa comuns onde a colaboração multidisciplinar faça a diferença (esse esforço levou aos *Grandes Desafios* apresentados adiante). Além disso, este período serviu para consolidar a missão e a visão do C4AI, bem como o planejamento de difusão e de impacto.

O C4AI tem como missão produzir pesquisa avançada em Inteligência Artificial no Brasil, disseminando e debatendo os principais resultados, treinando estudantes e profissionais e transferindo tecnologia para a sociedade. Tem, como visão, ser um centro de excelência de nível mundial em Inteligência Artificial e uma organização essencial para a comunidade científica e a sociedade no Brasil.

O C4AI tem uma Coordenação de Difusão que procura disseminar conhecimento e educar a sociedade sobre a área de IA. O plano de difusão do C4AI prevê que o Centro proverá conteúdo educacional e treinamento customizado relacionado às tecnologias de IA e manterá programas especiais voltados à diversidade e inclusão. Como primeiras atividades, o Centro já teve oportunidade de oferecer seminários internacionais com dois expoentes da área: David Cox, professor do MIT e Harvard e responsável pela direção do laboratório MIT-IBM Watson, e Pattie Maes, professora do MIT Media Lab. A proximidade com o MIT não é mera coincidência: esperamos reproduzir no C4AI algumas das melhores práticas observadas na notável parceria da IBM com o MIT em Inteligência Artificial. Aliás, o C4AI tem muito a absorver de congêneres internacionais, sendo parte da *IBM's AI Horizons Network* (AIHN), rede de centros de pesquisa criada em 2016 para promover colaboração entre universidades líderes ao redor do mundo, com o objetivo de fomentar e acelerar a pesquisa e a aplicação de IA.

O C4AI tem também uma Coordenação de Impacto, preocupada com transferência de tecnologia em uma perspectiva ampla. A Coordenação de Impacto procura incentivar o uso de IA em empresas e o crescimento e criação de provedores de tecnologia de IA no Brasil. O objetivo é levar o C4AI a se tornar um participante ativo no ecossistema de IA brasileiro, contribuindo para seu

avanço pela remoção de barreiras e promoção de dados e códigos abertos.

Para levar a área de IA a um novo patamar, o C4AI organiza suas atividades de pesquisa em torno de cinco *Grandes Desafios* que combinam tanto aspectos fundamentais de IA quanto aplicações em setores selecionados. A conexão entre os tópicos básicos de pesquisa e áreas de aplicação de IA funciona nos dois sentidos: os tópicos básicos permitem a abordagem de problemas de grande escala nas áreas de aplicação selecionadas e, por outro lado, são alimentados pelos desafios de escala nessas áreas de aplicação.

O foco em um conjunto limitado de Grandes Desafios permite que os recursos do Centro tenham máximo impacto e visibilidade, evitando excessiva dispersão; por outro lado, os grandes desafios escolhidos são amplos e exigem, para sua efetiva solução, que pesquisadores das mais diversas áreas e formações colaborem ativamente.

Obviamente, a evolução tecnológica dos temas abordados no C4AI é vertiginosa e exigirá revisões periódicas dos desafios postos, com sua eventual expansão ou substituição. No momento, os cinco Grandes Desafios em foco são:

1) **NLP2** (abreviando *Natural Language Processing in Portuguese*)
   Foco em recursos (dados e ferramentas) para levar o processamento de linguagem natural em português para o estado da arte.

2) **KEML** (abreviando *Knowledge Enhanced Machine Learning*)
   Aprendizado de máquina enriquecido com conhecimento para responder consultas complexas sobre a costa oceânica brasileira (Amazônia Azul).

3) **AgriBio**
   Tomada de decisão sob incerteza, através de modelos causais multicritério, em redes de produção de alimentos.

4) **GOML** (abreviando *Graph-Oriented Machine Learning*)
   Aprendizado de máquina orientado a grafos voltado a Acidentes Vascular Cerebrais (AVCs), avançando o diagnóstico, tratamento e reabilitação de pacientes.

5) **AI Humanities**
   Políticas públicas e futuro do trabalho relativo a IA em países emergentes: mapeando, entendendo e lidando com o impacto da IA.

Do ponto de vista da USP, o C4AI é parte de uma política maior de suporte a temas importantes e multidisciplinares que exigem esforços conjuntos, agregando competências disseminadas na Universidade em torno de um projeto institucional amplo. Dentro desta perspectiva, a construção de uma rede de pesquisadores ligados a temas de Inteligência Artificial, nos mais variados ramos do saber, é uma iniciativa estratégica para a Universidade de São Paulo.

Do ponto de vista da IBM, o Centro de Inteligência Artificial atenderá a necessidades de estruturar, organizar e conectar melhor à indústria a comunidade científica de Inteligência Artificial no Brasil. A IBM considera que o Centro poderá ser um aglutinador com a possibilidade de catalisar a evolução e o crescimento da Inteligência Artificial, tanto do ponto de vista científico como no atendimento às demandas do mercado de profissionais e tecnologias específicas para o contexto brasileiro, como é o caso do processamento da língua portuguesa.

A Narrativa é a Mensagem

Rodrigo Mesquita

Hoje, como o Tow Center da Columbia University demonstrou no *Guide to Advertising Technology* (https://www.cjr.org/tow_center_reports/the-guide-to-advertising-technology.php), publicado em dezembro de 2018, quem domina, quem manda na internet, são as tecnologias publicitárias. Por isso, o debate cívico em todos os ambientes das plataformas sociais e nas redes sociais que nelas se formam é regido também pela lógica das vendas, que privilegia a emoção em vez da razão, criando vieses artificiais e tendenciosos de trânsito das informações.

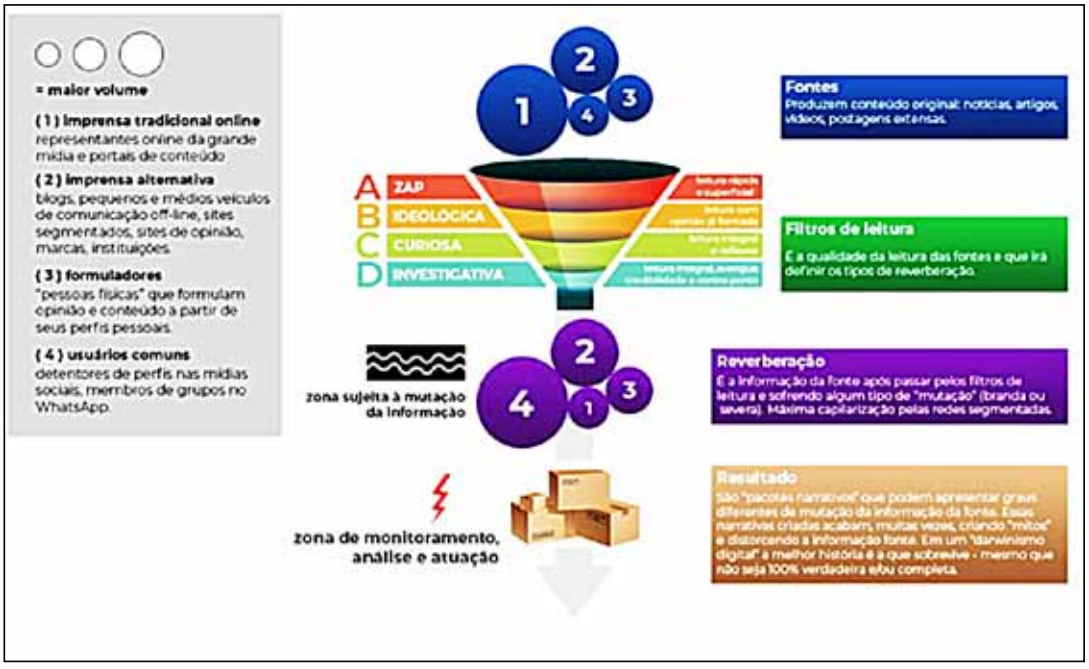
Essa não é a única explicação para o processo contínuo de desinformação (*mis-, dis- e mal-information*) que vivemos, muito bem descrito no documento *INFORMATION DISORDER: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making* (https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c) da Comissão Europeia, que está servindo de base para o início da regulamentação da ação dos gigantes da tecnologia. Mas, é a principal.

Tecnologia publicitária é descrita no documento do Tow Center como o sistema de softwares, servidores de dados, agências de marketing e mercados de dados que facilitam a venda de informações sobre os usuários e a exibição (display) de mensagens publicitárias para o público da internet, incluindo sites de buscas, redes sociais e aplicativos. A maioria dos sites e das plataformas sociais são sustentados por "ad tech".

Misinformation ocorre quando informações falsas são compartilhadas, mas não há intenção de causar danos; *disinformation*, quando informações falsas são deliberadamente compartilhadas para causar danos; e *malinformation* é quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, geralmente movendo informações destinadas a permanecer privadas, segundo o documento da Comissão Europeia e que, no nosso dia a dia, acabou tudo sendo genericamente classificado como *fake news*.

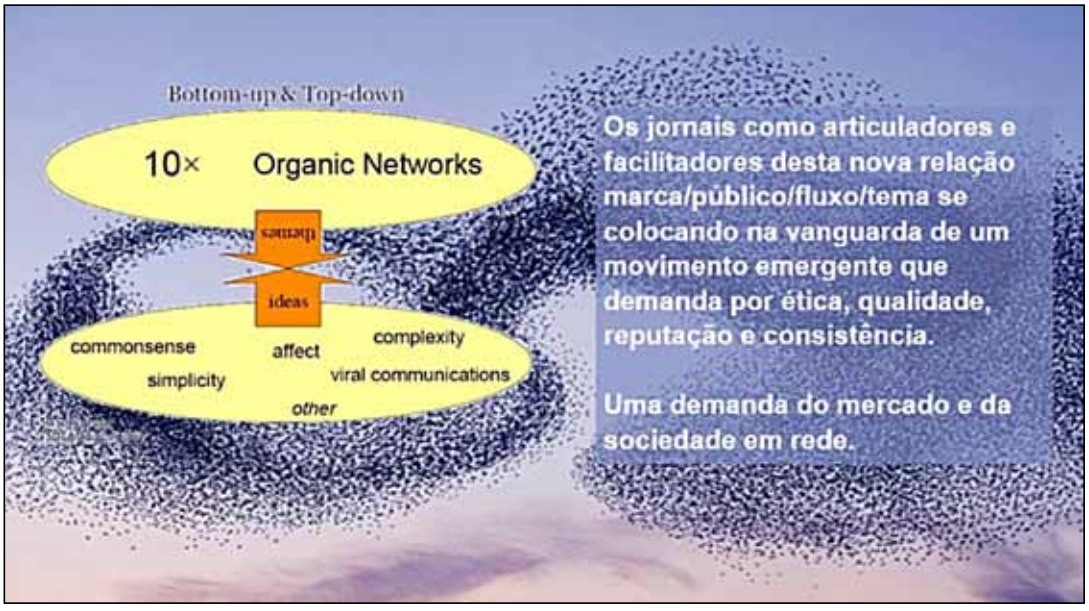
Os fluxos de informações digitais das redes sociais, que rodam sobre aplicações na infraestrutura da internet, são formados pelo

Rodrigo Mesquita é jornalista e foi pesquisador afiliado do MIT – Media Lab.



Das fontes ao filtro de leitura à reverberação e ao resultado: novas narrativas com novos sentidos

público que dedica mais tempo e atenção a estes processos informativos do que a fontes qualificadas. A infraestrutura da internet é neutra, mas as aplicações que se constroem sobre ela não. Estes fluxos carregam narrativas – processos de elos e conversações temáticas da opinião pública – muitas vezes estimuladas por campanhas armadas para semear desconfiança, confusão e, com isso, estimular divisões socioculturais existentes, valendo-se de tensões políticas, nacionalistas, étnicas, raciais e religiosas.

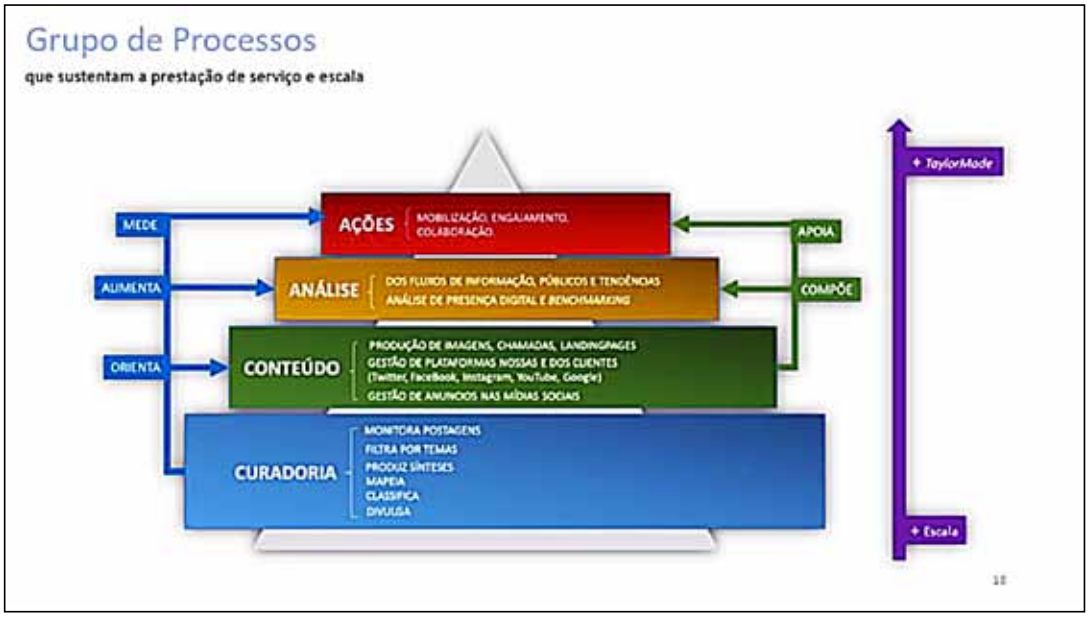


Redes sociais são processos de conversação na rede, não ferramentas/plataformas sociais

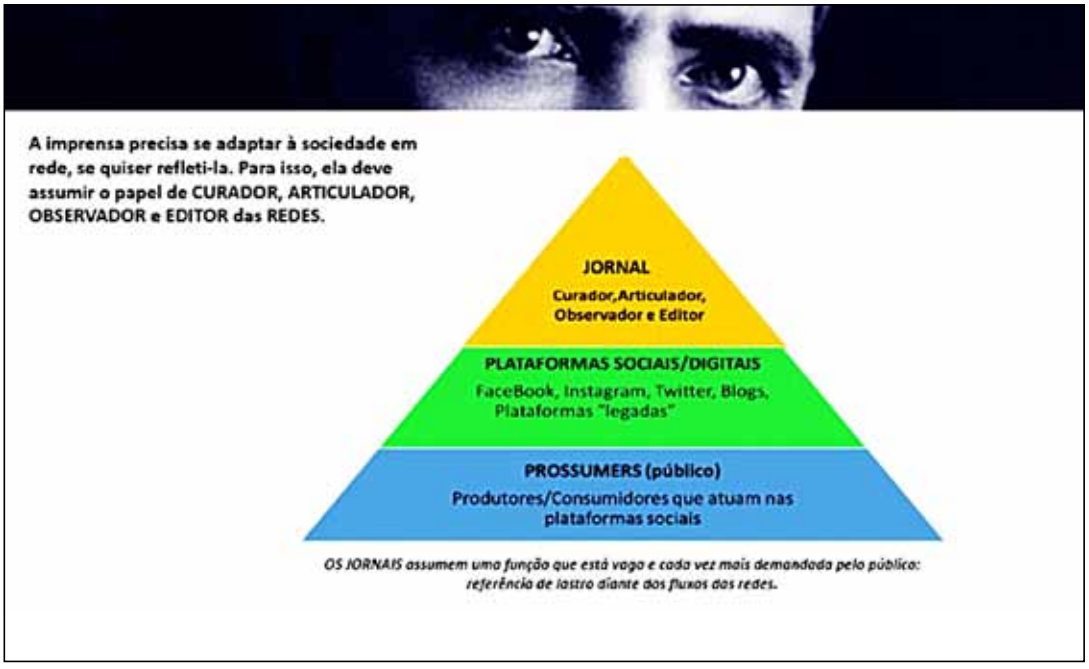
Numa sociedade complexa e fragmentada, o jornalismo depende de centrais de monitoramento

Nesse contexto é preciso ter claro que as Big Tech – os maiores responsáveis por esta situação – estão se transformando em "utilitários para a democracia". Essas empresas não levam isso em consideração e muito menos têm sistemas de governança adequados para esta responsabilidade. Elas controlam a infraestrutura social que usamos para comunicação e organização, expressão política e tomada de decisões coletivas. Seu controle sobre essa infraestrutura concentra o poder econômico, o poder social e o poder político.

E a imprensa? A imprensa parece estar mais empenhada em montar modelos de ne-



Processando as informações de centrais de monitoramento integradas às redações



Curador, articulador, observador e editor das redes sociais, o novo papel dos jornais

gócios baseados em assinaturas do que se valendo da tecnologia disponível para montar sistemas que permitam acompanhar e cobrir jornalisticamente a conversação do público nas redes sociais. A imprensa investe mais em processos de distribuição de notícias e mensuração de leitura em "sites murados" do que em sistemas de monitoramento das redes sociais que sejam termômetros dos fluxos de conversação do público. Não com o objetivo de modelar o que se passa, mas sim de mostrar o que se passa.

Nenhuma empresa do setor jornalístico se dispôs a refletir um minuto sobre a possibilidade de provocar, fomentar e mediar processos de formação de redes sociais em torno das questões básicas da sociedade: educação, saúde, infraestrutura, segurança, saneamento, ciência e tecnologia, com suas subdivisões, interações e articulações com os problemas sociais, políticos e econômicos que nos afligem. Apresentar essa cobertura jornalística para o público em páginas temáticas tecnologicamente dinâmicas, editadas (especificadas) e analisadas por jornalistas, preparadas para estabelecer uma nova relação interativa com o público e gerar produtos de informação, buscando patrocínio e outras formas de remuneração em vez de disputar cliques por cada mil acessos com os impérios tecnológicos.

O mundo mudou. Na Idade Média, quem dominava a informação era a Igreja e o poder temporal. Com a Renascença e o conjunto de inovações que a impulsionaram, entre elas a criação da prensa por Gutenberg, a Igreja e seus aliados perderam este monopólio. A burguesia ascendente teve acesso ao conhecimento e à possibilidade de publicar e vender suas ideias e valores.

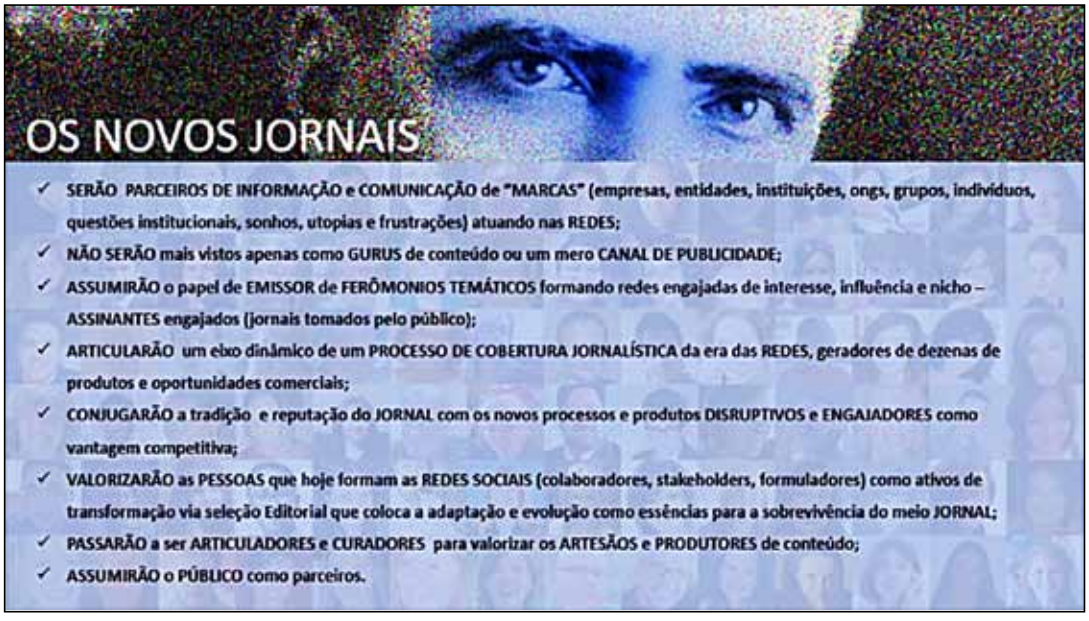
Em meados do século 19, o jornalismo começou a virar negócio. As publicações deixaram de ser panfletos de vida efêmera para se tornarem perenes e gerarem uma plataforma de negócios. O apogeu disso ocorreu entre as duas grandes guerras. Hoje, nu-

ma sociedade muito mais complexa e fragmentada, este modelo que nasceu interativo e com o tempo se desconectou do público morreu. O desafio é abrir-se ao público, ouvindo-o antes de formular mensagens, que devem sempre estar abertas ao retorno, ao diálogo. A notícia – uma fonte de modelos compartilhados a respeito do mundo – é e sempre foi um convite para a participação. Ela é um meio, e não o fim.

Em 1930, São Paulo tinha 800 mil habitantes, e o principal jornal da cidade circulava com cerca de 80 mil exemplares. Seus classificados eram a principal rede de vendas da cidade. Não existiam cadeias de lojas ou de supermercados. Os jornais aqui e em cidades semelhantes eram os principais canais de vendas de uma enorme gama de produtos e serviços – uma plataforma de relacionamento ajustada e adequada como nenhuma outra até aquela época. Isso permitiu que os jornais desenvolvessem em todo o mundo um jornalismo caro e sofisticado.

A segmentação da informação, que é possível hoje graças ao poder de distribuição cada vez mais barata e rápida, leva naturalmente à formação das comunidades, e de comunidades dentro de comunidades, e a atenção compartilhada dá um centro de gravidade a elas. A interatividade que a rede traz leva às tecnologias de colaboração, de compartilhamento e de geração de novos espaços de conexão humanos, e cria todo um novo modelo de produção de conteúdo e de riqueza. É esta a mudança mais profunda e radical e, neste contexto, as empresas de informação deixaram de ser o centro.

O futuro da mídia está nas mãos do público. As tradicionais empresas jornalísticas, os políticos, o governo e o marketing das corporações distanciaram-se da sua dimensão humana ao se colocarem em pedestais frente ao público. Não admitem erro. Por isso, resistem em entrar em processos de conversação e têm enorme dificuldade para perceberem que a notícia não acaba quando é impressa e difundida. Não percebem que o verdadeiro ciclo da história começa aí,



O modelo do jornalista Júlio Mesquita transposto para o tempo das redes

quando o público levanta questões, acrescenta fatos e corrige erros, levando a uma nova perspectiva mais próxima da verdade.

No Brasil, o introdutor do jornalismo moderno, o jornalismo desvinculado de partidos políticos e das elites, foi o jornalista e empresário Júlio Mesquita. Quando ele morreu em 1927, o jornal *O Estado de S.Paulo* era considerado uma instituição da cidade. No final da vida, ele cunhou esta frase: "Jamais ousei imaginar que tinha o direito ou o dever de formar a opinião pública do meu Estado. Tudo que fiz na minha vida foi procurar sondar a opinião pública e me deixar levar tranquilo e sossegado pelas correntes que me pareciam mais acertadas".

Júlio Mesquita transformou *O Estado de S.Paulo* num grande negócio porque tinha consciência de que jornal era do público e é um conceito, o ponto de encontro, a Ágora da pólis, a cidade-Estado na Grécia da Antiguidade clássica. Esta missão está viva na rede. A demanda de serviços e produtos de informação para a articulação e organização da sociedade é enorme. Os processos informativos das mídias sociais são um novo componente, mas ainda não conformaram o ponto de encontro, a praça para a reflexão sobre onde estamos e para onde vamos.

Rede social é a base das suas relações, seja você um indivíduo, uma entidade, uma empresa, um setor da economia, um partido político, uma igreja, o que for. Fornecer a arquitetura e estruturar estes processos na rede e suas ferramentas/plataformas é a extensão natural do papel histórico dos jornais, das tradicionais empresas de informação, do mundo analógico para a sua extensão digital. Da informação segmentada para setores da sociedade para a organização de suas comunidades de interesse por meio de monitoramento, curadoria, agregação e articulação da informação do público, o que significa também geração de informação. O conteúdo ganha novos significados, num novo contexto, mas com a mesma perspectiva.

Não existem dois mundos. Um analógico, outro digital. O rejuvenescimento e revigoramento da economia analógica depende da evolução da economia digital, que é consequência da evolução da economia da era industrial e do gênio humano. Uma das principais áreas de cobertura jornalística hoje é a própria internet, na medida em que as fontes primárias estão presentes na rede e que o público, a cidadania, está lá num processo de conversação sem fim debatendo seus problemas, ansiedades, sonhos e perspectivas. Falta disposição aos jornais para voltarem a ser parceiros do público.

Colônia do Sacramento e Buenos Aires: Antagonismo e Prosperidade

José Alfredo Vidigal Pontes

Ao se analisar o processo de consolidação da cidade e do porto de Buenos Aires, não se pode negligenciar o importante papel desempenhado por Colônia do Sacramento, cidadela sob domínio português por quase um século (1680-1777). A disputa pelo estuário do Prata opôs os dois impérios ibéricos por largo tempo, acarretando tanto enfrentamentos bélicos como também o desenvolvimento econômico da fronteira e a atual conformação geopolítica da região, só definida algum tempo após a independência das antigas colônias. A configuração dos limites platinos se arrastou por 4 séculos e adentrou o início do século 20. Essa relação ambígua, ao mesmo tempo hostil e economicamente virtuosa, começa ainda no século 16.

Logo após sua segunda e efetiva fundação em 1580, Buenos Aires manteve com o Rio de Janeiro um comércio intenso, embora oficialmente proibido. Questões hereditárias fizeram com que o rei de Espanha, Felipe II assumisse também o trono de Portugal. É a chamada união ibérica: embora permanecessem os dois impérios com administrações independentes houve um relaxamento das tensões nas fronteiras coloniais.

Neste período (1580-1640), o contato do sudeste brasileiro e mesmo da Bahia com a região do Prata foi intenso. Do Rio de Janeiro partiam barcos carregados de açúcar, aguardente, tabaco e escravos africanos. Retornavam de Buenos Aires com couros dos pampas e moedas de prata de Potosí. Havia mesmo uma comunidade de judeus cristãos novos portugueses em Buenos Aires, dedicados ao comércio, ofícios urbanos e comércio de escravos africanos.

A partir de 1621, com a ascensão do novo favorito do rei, o conde-duque de Olivares, a anteriormente autônoma administração imperial portuguesa passa a sofrer interferências do centralismo de Madri, gerando insatisfações em setores da nobreza e na população em geral. Essa mudança de tom repercutiu no Prata com um maior rigor no controle de mercadorias entradas pelo porto de Buenos Aires, notadamente os escravos africanos. Uma alfândega é criada em Córdoba para impedir o livre trânsito entre Buenos Aires e Potosí.

José Alfredo Vidigal Pontes é historiador, jornalista e autor de obras no âmbito da historiografia, dedica-se ao gerenciamento de projetos culturais.

O fim da união ibérica

Mas, tudo mudaria a partir de 1640. A política centralizadora e autoritária de Olivares aumentou a indignação da população portuguesa, criando um movimento nacionalista que resultou na tomada do poder local pela casa de Bragança: D. João IV assumia o trono de Portugal, em momento de grande fragilidade da Espanha. Como consequência Buenos Aires foi explicitamente impedida de continuar comerciando com o Rio de Janeiro, estimulando o contrabando, mas sem a mesma intensidade do fluxo de trocas anterior. Comerciantes do Rio de Janeiro e de Lisboa ressentiam-se dessa quebra nas transações.

A partir de 1640, o império português viu-se às voltas com poderosos inimigos. Os espanhóis relutavam em reconhecer a restauração bragantina e os holandeses permaneciam em guerra com os portugueses, tanto na Ásia, África e América. A fragilidade do império marítimo era enorme. A união das coroas havia sido prejudicial aos interesses comerciais portugueses. A quebra da antiga aliança de negócios com os holandeses foi devastadora. Além disso ocorreu o crescimento da influência da Inquisição nas últimas décadas do século 16, perseguindo os judeus e os cristãos novos, prejudicando sensivelmente o comércio, o motor da expansão marítima.

Muitos mercadores de origem judaica mudaram-se para Londres e Amsterdam, levando consigo conhecimentos comerciais e náuticos. Várias praças comerciais importantes foram perdidas no Oceano Índico, na África e na América. As brasileiras, Bahia e Pernambuco, foram recuperadas, com decisiva participação de brancos, mestiços, indígenas e negros. E Angola foi retomada a partir de uma armada formada no Rio de Janeiro pelo governador Salvador Correia de Sá, envolvido no tráfico negreiro, em 1643. No entanto, São Jorge da Mina, Malaca, Ceilão e Ormuz foram definitivamente perdidos

Em meados do século 17, o império português estava vulnerável e descapitalizado. Sem o ouro da Mina, da feitoria de Antuérpia e da prata de Buenos Aires, coube a Portugal atravessar uma terrível crise de liquidez monetária. Para piorar a situação o preço do açúcar e do tabaco, então as principais fontes de arrecadação do império, começaram a cair a partir de 1670, quando aparece em larga escala a produção de ambos os produtos no Caribe.

É dentro desse contexto de saudosismo das trocas platinas que o império português decidiu fundar uma cidade defronte a Buenos Aires, na margem oposta do rio da Prata, local atualmente em território uruguaio. Esta é a origem de Colônia do Sacramento, atrevida cidadela que procurava restabelecer o fluxo de comércio com a América espanhola, sensivelmente prejudicado. Além disso, a presença portuguesa no rio da Prata era uma obsessão estratégica desde o início do século 16.

As primeiras cogitações apontavam para Maldonado, ao norte do estuário, já na orla marítima. Estava mais próximo de Laguna, Paranaguá, Santos e Rio, portos que poderiam atender com facilidade a um eventual socorro à nova cidadela. Em 1677, uma bula papal criava o Bispado do Rio de Janeiro, definindo sua jurisdição no território compreendido entre o Espírito Santo e o rio da Prata ("usque ad Flumen de Plata"). Passa então a ser pensada a construção de uma fortificação na ilha de São Gabriel, próxima à península que futuramente abrigaria efetivamente a praça-forte de Colônia do Sacra-

mento. Ao mesmo tempo, a Coroa concedia a João Correia de Sá, filho de Salvador, a capitania de Santa Catarina.

Nesta época Buenos Aires era um pequeno porto com cerca de 8.000 habitantes, atrofiado pelo centralismo de Lima, a qual monopolizava a rota de Sevilha por Portobello e sediava a aduana da prata de Potosí. Nas pastagens próximas ao porto estancieiros campeavam o gado selvagem descendente das criações da primeira fundação, ainda remanescente. Os comerciantes, por seu lado, fugindo ao controle e monopólio do norte, que impunha uma cadeia de revendas de Lima a Buenos Aires com preços cumulativos, praticavam o contrabando com portugueses, ingleses, holandeses e franceses.

Expedição com brasileiros

Em maio de 1679 chegava ao Rio o experiente militar D. Manoel Lobo, herói português das campanhas contra os espanhóis na península ibérica. E prontamente já começou a organizar a expedição, contando com os cariocas e os paulistas. Em janeiro de 1680 desembarcou perto da ilha de São Gabriel e começou a construção da fortaleza. Muito incomodado, o governador de Buenos Aires, José de Garro, iniciou os preparativos para um ataque, após algumas advertências. Muito aquém do planejamento e esmero construtivo praticado pelos portugueses nos séculos 15 e 16 na África e na Ásia, a pequena cidadela seria ocupada e arrasada pelos hispânicos, auxiliados por 3.000 índios guaranis das missões jesuíticas. Manuel Lobo foi preso e levado a Buenos Aires, enfermo. Dois anos após, a península seria devolvida aos portugueses como consequência de um tratado de paz na Europa.

A fortaleza foi refundada em 1682. Manuel Lobo faleceu antes dessa reintegração. As condições eram difíceis e a convivência complicada. Dentro da cidade fortificada habitavam soldados, prostitutas, comerciantes, famílias de colonos, religiosos e escravos africanos. Na última década do século 17, o porto de Colônia e seu entorno teve uma fase próspera iniciada com a administração de dom Francisco Naper de Lencastre (1689-99), com a criação de estâncias para abrigar o gado selvagem recolhido nas imediações, fruto da soltura de animais propositalmente soltos pelos espanhóis no atual território uruguaio, com anuência dos indígenas charruas, senhores daqueles campos.

Mas, novos confrontos na Europa entre os impérios ibéricos criaram condições para um novo cerco por parte de forças de Buenos Aires. Os reforços de Lencastre na muralha foram insuficientes com o novo ataque ocorrido em 1705, com outra ocupação e destruição pelos espanhóis e guaranis, mais uma vez como sequela de hostilidades na Europa. O Tratado de Utrecht, assinado na Europa somente em 1715, após a guerra de sucessão espanhola, estabeleceu novamente a devolução de Colônia a Portugal, com apoio da Inglaterra às pretensões portuguesas. O brilhante embaixador português D. Luís da Cunha mantinha ótimas relações com os ingleses, sendo amigo pessoal do monarca britânico. A situação econômica do império português melhorara substancialmente com a descoberta de ouro no Brasil e sua crescente produção. O Rio de Janeiro firmava-se como o grande porto brasileiro. A principal joia da coroa passava a ser o Brasil, enquanto decrescia o comércio com a África e a Ásia.

Começa em 1716, uma nova fase de Colônia, com outra reconstrução organiza-

da a partir do Rio de Janeiro, ao qual era subordinada administrativamente. De 1715 a 1735, houve um período de prosperidade, com formação de boas estâncias na área envoltória. Em 1735/36, Colônia sofreu outro cerco, mas desta vez conseguiu resistir. Como consequência desse bloqueio passava a existir uma mudança importante na estratégia de ocupação do sul pelos portugueses. Em 1737, ocorre a fundação de uma fortaleza e de um povoado que dará origem à cidade portuária de Rio Grande, bem ao norte de Maldonado, na confluência das lagoas Mirim e dos Patos com o oceano. O panorama geopolítico havia mudado muito com o ouro de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Regiões anteriormente desconhecidas e sem a presença de europeus no centro-oeste eram definitivamente ocupadas pelos paulistas e portugueses, antes dos hispânicos.

A partir de então, o porto de Rio Grande passa a ser priorizado como ponto de apoio estratégico para a colonização portuguesa do sul, papel antes desempenhado por Colônia. Sobretudo como garantia da defesa das tropas de Viamão para Minas Gerais. Afinal, desde 1730 havia sido melhorado o caminho terrestre dos pampas para as Minas Gerais, que passa a receber vacas, cavalos e muares em estado selvagem vindos do sul, passando por Sorocaba e São Paulo.

E daí em diante Colônia ficou restrita mais aos muros da cidade e de algumas estâncias na península, pois a ocupação dos campos da banda oriental do rio Uruguai tornara-se perigosa, com frequentes pilhagens por parte dos espanhóis. E, além do mais, o gado selvagem já era escasso nas proximidades e ainda farto no atual território do Rio Grande do Sul. Mas, mesmo assim, a atividade comercial com Buenos Aires continuou intensa, ocorrendo o abastecimento tanto pelo porto, como também por terra, complementado com transações com os charruas.

Enquanto não se definiam as fronteiras na banda oriental, Portugal tomava iniciativas para consolidar a ocupação da área mais próxima ao litoral, ao norte de Rio Grande, assentando colonos açorianos em Santa Catarina (1748) e no rio Guaíba (1752 - Porto dos Casais, que dará origem à atual Porto Alegre). Colônia passa então a ser vista muito mais como uma peça no tabuleiro a ser sacrificada em troca de territórios. Sua fase pioneira de integração com o Prata sucumbia a novas realidades que alteravam as prioridades portuguesas para a região e mesmo sua importância relativa no comércio com Buenos Aires a partir de 1748, quando começam a ser autorizadas progressivamente comunicações marítimas diretas com Cádiz, Barcelona e La Coruña. Mas, ainda restava o interesse portenho pelos produtos tropicais brasileiros e os escravos africanos.

Charruas e minuanos

A relação de Buenos Aires com Colônia oscilou muito com o tempo. Os momentos de paz predominaram, refletindo a hegemonia dos comerciantes em detrimento dos proprietários de terras em Buenos Aires O bom relacionamento dos portugueses com os charruas e minuanos, aos quais vendiam tabaco e aguardente de cana de açúcar do Brasil e em contrapartida conseguiam o acesso ao gado selvagem, irritava profundamente os estancieiros portenhos. Mas, era mesmo decisiva na questão da paz a participação dos governadores espanhóis. Os corruptos, aos olhos da coroa espanhola, ou pragmáticos, ao olhos dos portenhos, aceitavam as benesses do contrabando e faziam

vistas grossas para o comércio – sempre proibido por Madri.

Em menos de um século, Colônia seria conquistada 3 vezes por tropas reunidas em Buenos Aires e destruída por duas vezes. Apesar dessas interrupções dramáticas na presença portuguesa, ressonância de hostilidades entre os reinos ibéricos na Europa, existiu um comércio intenso, permitido ou não, entre Buenos Aires e Colônia do Sacramento, durante mais de 80 anos. Esse intercâmbio teve repercussões vantajosas para os dois lados ao se atenderem necessidades recíprocas.

Colônia do Sacramento proporcionou a formação de algumas fortunas no Rio de Janeiro, engordou os ganhos de destacados comerciantes lisboetas e incentivou a ocupação dos territórios do sul brasileiro. Todos os grandes comerciantes de Colônia mantinham boas relações em Buenos Aires. Ao mesmo tempo, a existência de Colônia contribuiu decisivamente para a formação de uma identidade local aos portenhos e aos moradores de Córdoba, Tucumán, Santa Fé e Corrientes, a qual seria o embrião de um sentimento local platino. A presença portuguesa tão próxima a Buenos Aires fez aumentar sua importância estratégica relativa no império espanhol como centro do poder militar na região. Em 1680, quando foi fundada Colônia do Sacramento, Buenos Aires tinha cerca de 8.000 habitantes, vivendo precariamente. Um ano após a posse definitiva de Colônia pela Espanha, o censo de 1778 apontou 24.000 habitantes, o triplo, quase um século depois.

Em 1748 começa a haver um relaxamento do monopólio comercial e aduaneiro de Lima com a autorização de 15 viagens anuais diretas de Buenos Aires aos portos de Cádiz, Barcelona e La Coruña. Os portos de Callao (Lima), na América do Sul, como Cádiz (Sevilha) na Espanha, perdiam seus privilégios de exclusividade. Apenas três anos após serão 170 registros de permissão por ano. Mesmo assim, o comércio com Colônia permanecia, sobretudo pelo interesse dos portenhos no suprimento dos produtos tropicais brasileiros que os portos espanhóis não podiam atender.

Desde a primeira administração de Pedro de Cevallos, iniciada em 1756, a cidade passou a cuidar da limpeza das ruas, que foram elevadas para permitir o escoamento de águas pluviais pelas valetas laterais. Novos caminhos e ruas foram abertos. Era então uma cidade razoavelmente equipada de serviços que começava a se preocupar com posturas municipais para adequar convenientemente a ocupação de um espaço territorial urbano em contínua expansão. Décadas depois, no início do século 19 serão 40.000 moradores. Cevallos foi o agente político e militar consolidador da hegemonia portenha na região, culminando na escolha da cidade para sediar o Vice-Reinado do Prata, independentemente de Lima em 1776. Com a Lei de Livre Comércio, ele resgata ao porto sua verdadeira identidade, liberando-o plenamente para sua vocação comercial, com repercussão na sua importância política.

C-390 MILLENNIUM

MISSÃO CUMPRIDA

A aeronave multimissão C-390 MILLENNIUM está servindo à Força Aérea Brasileira, cumprindo as expectativas e apoiando no combate à Covid-19. O C-390 é também a aeronave escolhida por Portugal e pela Hungria para atender a seus próprios e exigentes requisitos operacionais. Combinando sistemas avançados e tecnologias comprovadas com uma rede mundial de fornecedores respeitáveis, o C-390 MILLENNIUM é uma adição versátil a qualquer força aérea e é a aeronave mais confiável, fácil de operar e eficiente da sua categoria.

#ParaUmMundoDiferente

C-390 MILLENNIUM
EMBRAER
LAUREATES AWARDS

DEFENSE SEGMENT
GRAND LAUREATE

EMBRAER C-390
BEST NEW PRODUCT

c-390.com

Registro fotográfico realizado pela Força Aérea Brasileira em uma das missões de combate à COVID-19 no Brasil.

EMBRAER

CHALLENGE.
CREATE.
OUTPERFORM.